

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

GUERRA HÍBRIDA NO BRASIL: “REVOLUÇÃO COLORIDA”, “LAWFARE” E “COINCIDÊNCIAS” EM UMA “INVASÃO”

GUERRA HÍBRIDA EN BRASIL: “REVOLUCIÓN DE COLORES”, “LUCHA CONTRA LA LEY” Y “COINCIDENCIAS” EN UNA “INVASIÓN”

HYBRID WAR IN BRAZIL: “COLOR REVOLUTION”, “LAWFARE” AND “COINCIDENCES” IN AN “INVASION”



DOI: [10.5281/zenodo.15527648](https://doi.org/10.5281/zenodo.15527648)

Roberto Mauro da Silva Fernandes¹

Resumo: A Guerra Híbrida é um modelo de conflito utilizado pelos Estados Unidos no século XXI para invadir e ocupar os países considerados inimigos. Diferentes territórios estão sendo atingidos pelas estratégias de Guerra Híbrida estadunidense, entre as quais estão o uso de “revoluções coloridas”, guerras não convencionais e “lawfare”. Desta maneira, o objetivo desta discussão é demonstrar como o Brasil foi atingido entre 2013 e 2018 pelas ações da Guerra Híbrida norte-americana. A “invasão” foi realizada por meio de “revoluções coloridas” (entre os anos de 2013 e 2015), de operações psicológicas da grande imprensa (em especial dos veículos do Grupo Globo) e “lawfare” (cujas expressões foram a Operação Lava Jato). Ambos os processos foram fundamentais para influenciar a cena política brasileira e alterar as regras da exploração do Pré-Sal. Para realizar a reflexão, utilizamos a teoria de Andrew Korybko, bem como pesquisa bibliográfica e o uso do ciberespaço.

Palavras-chave: Brasil; Guerra Híbrida; Pré-Sal; “lawfare”.

Resumen: La Guerra Híbrida es un modelo de conflicto utilizado por Estados Unidos en el siglo XXI para invadir y ocupar países considerados enemigos. Diferentes territorios están siendo afectados por estrategias de guerra híbrida de EE.UU., incluyendo el uso de “revoluciones de colores”, guerras no convencionales y “lawfare”. Así, el objetivo de esta discusión es demostrar cómo Brasil fue afectado entre 2013 y 2018 por las acciones de la Guerra Híbrida norteamericana. La “invasión” se llevó a cabo a través de “revoluciones de colores” (entre 2013 y 2015), operaciones psicológicas de la gran prensa (especialmente del Grupo Globo) y “lawfare” (cuya expresión fue la Operación Lava Jato). Ambos procesos fueron fundamentales para influir en el escenario político brasileño y cambiar las reglas de explotación del Presal. Para realizar la reflexión se utilizó la teoría de Andrew Korybko, así como la investigación bibliográfica y el uso del ciberespacio.

¹ Instituto de Pesquisa Geolab/ Universidade Estadual de Minas Gerais E-mail: obertomaurofernandes13@gmail.com

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Palabras clave: Brasil; Guerra híbrida; Presal; “lawfare”.

Abstract: Hybrid Warfare is a conflict model used by the United States in the 21st century to invade and occupy countries considered enemies. Different territories are being affected by American Hybrid Warfare strategies, including the use of “color revolutions”, unconventional wars and “lawfare”. Thus, the objective of this discussion is to demonstrate how Brazil was affected between 2013 and 2018 by the actions of the American Hybrid War. The invasion was carried out through “color revolutions” (between 2013 and 2015), psychological operations by the mainstream media (especially by Grupo Globo outlets) and “lawfare” (whose expression was Operation Lava Jato). Both processes were fundamental in influencing the Brazilian political scene and changing the rules of the exploration of the Pre-Salt. To carry out the reflection, we use Andrew Korybko’s theory, as well as bibliographical research and the use of cyberspace.

Keywords: Brazil; Hybrid Warfare; Pre-Salt; “lawfare”.

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar como os Estados Unidos “atacou” o território brasileiro por meio de mecanismos da Guerra Híbrida, especialmente através de “revoluções coloridas” (que ocorreram entre os anos de 2013 e 2015) e “lawfare” (processos desencadeados entre 2008 e 2018), esta que foi fundamental para alterar a cena política e viabilizar a “invasão”. As motivações do “ataque” estão relacionadas a interesses geopolíticos e geoeconômicos². O Brasil é um dos protagonistas dos BRICS e detentor de uma das maiores jazidas de petróleo fora do sudoeste da Ásia (o “Oriente Médio” na nomenclatura eurocêntrica).

Em território brasileiro, o “ataque” foi comandado por setores do poder judiciário através da Operação Lava Jato, com grande protagonismo do então juiz Sérgio Moro interferindo em assuntos da política partidária. Os processos liderados pela “Lava Jato” criaram as condições para o *impeachment* de Dilma Roussef no ano de 2016, para a criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT) e para a prisão de Luís Inácio Lula da Silva em 2018. A prisão de Lula, o impossibilitou de disputar as eleições presidenciais e “abriu cami-

2 Termos como “invasão”, “ataque” e outros similares estarão ao longo do texto com aspas com intuito de destacar ao leitor que os eventos de ordem geopolítica e geoeconômica ocorridos no Brasil entre 2013 e 2018 foram movimentações de guerra promovidas pelos Estados Unidos.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

nhos” para a vitória de Jair Messias Bolsonaro. Além disso, vamos verificar como a grande imprensa brasileira (através do Grupo Globo³) auxiliou os Estados Unidos no processo de invasão. Trata-se de um “ataque” porque a Guerra Híbrida possui métodos de guerra que não são convencionais, trata-se de uma invasão silenciosa na qual o invasor utiliza as instituições da democracia representativa.

Para atingir o objetivo, realizamos uma pesquisa exploratória, pois permite uma visão geral e a ampliação do conhecimento acerca de determinado fato, o que proporciona elaboração mais acertada do problema e possibilita criar outras perspectivas visando pesquisa mais estruturada futuramente; também utilizamos o método comparativo, fundamental para apontar aspectos singulares e semelhantes nos fenômenos (Gil, 1999), neste caso, de suma importância para apresentarmos como as táticas de Guerra Híbrida foram aplicadas no território brasileiro.

Vamos comparar o caso brasileiro com alguns dos casos na América Latina, no Leste Europeu e Ásia, o exercício será de suma importância para demonstrar que não existem “coincidências”, há um padrão. Além disso, foi adotado a abordagem hipotético-dedutiva, fundamental para testar “a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 106), assim foi possível apresentar as origens dos fenômenos e observando as lacunas em alguns fatos, conjecturar e formular hipóteses. Neste caso, a tese é de que o Brasil entre 2013 e 2018 foi “atacado” com táticas de

3 O Grupo Globo é formado por um conjunto de emissoras e veículos de informação no setor da TV gratuita e paga, do marketing, da produção, de estações transmissoras, de TV a cabo, de direitos de marketing internacional, de jornais e revistas, editoras, rádios, websites, de produções cinematográficas a indústria da música. Na televisão aberta, deste grupo faz parte a Rede Globo de televisão, com cinco emissoras próprias (Globo São Paulo, Globo Rio, Globo Minas, Globo Brasília e Globo Recife) e 111 afiliadas. Assim como, o Canal Cultura. No setor de Satélite e TV a cabo, estão NET e SKY. Em relação à produção de conteúdo para TV a cabo e satélite estão o G2C e Globosat, com estas exerce parceria por meio da TV Globo Internacional, Globo News, SporTV, SporTV2, SporTV3, Premiere, Viva; e com veículos próprios como: Gloob, Megapix, GNT, Multishow, Bis, + Globosat, OFF, Combate, VoD (Video on demand). O Grupo Globo também tem parceria com: os estúdios 20th Century Fox, Universal Studios, Metro-Goldwyn-Mayer, Paramount Pictures e Walt Disney Pictures. Esta irmandade permitiu a criação da Rede Telecine. A Rádio Globo, BH FM, CBN e a Globo FM fazem parte do sistema de radiodifusão. Em relação aos Jornais e Revistas, estão na rede: O Globo, Extra, Expresso, Valor Econômico (em parceria com o Grupo Folha), Época, Época São Paulo, Época Rio, Época Negócios, Galileu, Auto Esporte, etc. Na internet: Globo.com. Estes são apenas algumas das mídias que compõem o poderoso Grupo Globo.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Guerra Híbrida, que segundo Andrew Korybko é uma estratégia estadunidense para invadir os países e controlar os seus sistemas domésticos.

Quanto a técnica de coleta de dados, utilizamos fontes secundárias, isto é, recorremos a livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos na área de relações internacionais, geopolítica, ciência política e economia internacional, ademais acessamos o ciberespaço (Lévy, 2000), explorando a internet, em especial periódicos on-line e documentários, blogs, entrevistas e reportagens encontrados em plataformas de compartilhamento de vídeos, em especial o youtube. O ciberespaço foi escolhido porque suas redes de informação debatem abertamente a temática da Guerra Híbrida através de fontes sérias e distantes das parcialidades das mídias tradicionais (a grande mídia) que são parte das estratégias que antecedem as “revoluções coloridas”. Segundo Korybko, as “revoluções coloridas” (o primeiro estágio da invasão) tem amplo apoio da grande mídia.

A teoria que sustenta esta discussão é a de Andrew Korybko (2015), que foi acrescida do debate realizado Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim (2020), que estudam o caso do “lawfare” contra o presidente Luis Inácio Lula da Silva no Brasil; e da discussão realizada por Ana Penido e Miguel Henrique Stédile (2021) que versam sobre as características da Guerra Híbrida na América Latina, entre as quais a “lawfare”.

Desta Maneira, além desta introdução, este debate está dividido em mais três seções. Na segunda, serão apresentados aspectos centrais da Guerra Híbrida americana. A quarta parte foi reservada para apresentar exemplos da Guerra Híbrida em outras partes do mundo. Na seção subsequente os detalhes da “invasão” americana ao território brasileiro serão apresentados, para debater as “coincidências” do processo, o segmento foi dividido em três partes. A última seção foi reservada as considerações finais.

A teoria: “revolução colorida”, guerra não convencional e “lawfare”

Segundo Korybko (2015), no século XXI, os Estados Unidos invadem, conquistam e controlam os Estados considerados inimigos através de dois instrumentos: 1) as “revolu-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

ções coloridas” e as 2) guerras não convencionais. São abordagens indiretas de promoção de um novo modelo de conflito, a Guerra Híbrida.

A Guerra Híbrida é implantada no território alvo por meio de uma “revolução colorida”, ativada por um “acontecimento”, um evento político qualquer ou uma discussão doméstica polêmica, algo que o agente interessado possa utilizar e fomentar grande movimentação popular⁴. Esta primeira etapa consiste em unir a população em torno dessa causa e manipulá-la através de protestos contra o governo e derrubá-lo. A massa deve ocupar as ruas e chamar a atenção da mídia que passa a disseminar o discurso de que tudo se trata de uma “revolta espontânea”. Geralmente, setores da grande imprensa já sabem da falsa “revolução” e quando os protestos eclodem, a narrativa midiática já está pronta e os outros grupos da imprensa (que não estão envolvidos) aderem ao discurso (Korybko, 2015).

O caos é instalado e o discurso da imprensa chega as elites envolvidas na ação contra o governo-alvo que passam a influenciar cada vez mais os manifestantes. O envolvimento das elites (em especial, os parlamentares) leva a convocação das forças de segurança (forças armadas e polícia); que ao se encaminharem para defender o governo consolidam a armação do cenário para a guerra não convencional (Korybko, 2015).

Estão por trás da “revolução colorida” uma rede internacional composta por ONGs, instituições filantrópicas e de ajuda humanitária ligadas aos Estados Unidos, essa rede atua com o apoio de partidos políticos e do sistema judiciário, que no momento da eclosão dos protestos já está há muito tempo cooptada pelos agentes externos. Além disso, há a utilização de propaganda e Operações Psicológicas combinadas com o uso das redes sociais, além de outras articulações que ocorrem nos bastidores; as manifestações são apenas a “ponta do iceberg” (Fernandes, 2022).

Caso a “revolução colorida” não consiga derrubar o governo, a segunda etapa da Guerra Híbrida entra em ação: a guerra não convencional. Esta fase é constituída de 1) a

4 O “acontecimento” pode ser a uma denúncia de fraude eleitoral, a prisão de um líder da oposição, veto ou aprovação de lei controversa, sanções governamentais, etc., um episódio que vai ser plantado ou explorado pelo agente externo.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

“fase incipiente”, 2) a “guerra de guerrilha” e 3) a “guerra de movimento”. Neste momento da invasão é comum a ação de grupos terroristas e mercenários (Korybko, 2015).

A “fase incipiente” também ocorre em concomitância a “revolução colorida”, o agente externo instala clandestinamente a infraestrutura de informação e de Operações Psicológicas e controla o comportamento da população para introduzir os métodos violentos em meio as manifestações⁵. A “guerra de guerrilha” é instalada quando os primeiros enfrentamentos entre polícia e manifestantes são comuns, neste momento ocorre a progressão para ações paramilitares de guerrilha, terrorismo, sabotagem e a criação das narrativas, por meio de *fake News*, para conseguir a adesão das forças convencionais de outros Estados e de mercenários. A “guerra de movimento” é fase final, o processo de tomada do poder, de destituição do governo através da ofensiva militar; ela pode não acontecer, caso o sistema o parlamento, via “lawfare”, promova a deposição do chefe do executivo, no entanto, caso seja operacionalizada e fracasse, pode ocorrer o retorno para a fase de “guerra de guerrilha” (Korybko, 2015).

Ademais, na América Latina a formulação clássica de Korybko ganha novos elementos. Em terras latino-americanas, a Guerra Híbrida se movimenta no terreno institucional, sobretudo, nos parlamentos e/ou nas instâncias do Poder Judiciário. Como explicam Penido, A.; Stédile, M. E. (2021):

Os parlamentos e o poder Judiciário, no caso latino-americano, podem assumir um papel central em legitimar o desfecho da revolução colorida e, portanto, da derrubada do governo. Em países já marcados pelo “estado de exceção” jurídico – nos quais há uma lei aplicada sobre os pobres e outra (não) aplicada aos ricos, por exemplo –, o uso de medidas de manipulação jurídica para perseguição política, o chamado *lawfare*, pode passar despercebido ou ser tomado como normal, e não como a continuação da política por outros meios (Penido e Stédile, 2021, p. 78).

5 As Operações Psicológicas preparam previamente diferentes segmentos sociais para aderirem “espontaneamente” ao “acontecimento” através de filmes, propagandas televisivas, músicas, aplicativos de comunicação, como whatsapp e twitter, etc., desta maneira a demografia-alvo vai sendo preparada com temas específicos até o momento do disparo do gatilho (o “acontecimento”) (Korybko, 2015)

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

A Guerra Híbrida na América Latina, por meio do parlamento e poder judiciário deram origem a episódios que alguns autores estão nomeando como neogolpismo (Silva, 2018; Vitullo & Silva, 2020). Trata-se de mudanças de regime que ocorreram, em especial, comandadas pelo parlamento e/ou com suporte de operações de investigação sob a gestão de magistrados, com base nos procedimentos legais e que culminaram em processos de *impeachment*. Eventos que foram registrados em Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Peru (2020) (Fernandes, 2022; Fernandes, 2021, IMG, 2023).

Deste modo, de acordo com Penido e Stédile (2021), a Guerra Híbrida no continente ocorre por meio do chamado “lawfare”, mecanismo ou estratégia de deposição de governos que utiliza a lei para atingir objetivos militares, mais especificamente, é a judicialização da política ou a politização do judiciário para destruir o adversário. Para tal, os seus operadores fazem uso de [...] violação do rito judicial, abuso de autoridade, ausência ou dispensa de provas e, ainda, farto uso das “provas indiretas”, em que a interpretação judicial é a ‘prova direta’” (Penido e Stédile, M. E., 2021, p. 79).

Para Martins et. al. (2020), que estudaram o caso de condenação do presidente Luís Inácio Lula da Silva, “[...] lawfare é o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo”. No caso Lula, a condenação ao então ex-presidente do Brasil ocorreu sem provas, impedindo-o de concorrer à presidência. O processo foi liderado pelo juiz Sérgio Moro, que depois se tornou Ministro da Justiça do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro (Martins, et. al., 2020) e atualmente é senador da República. Bolsonaro, foi beneficiado com a prisão de Lula e durante o seu mandato foi declaradamente pró-Estados Unidos, inclusive, com diversas manifestações públicas exaltando o governo Trump, como no caso da famosa cena em que prestou continência a bandeira norte-americana quando era pré-candidato a presidência (Pragmatismo Político, 2017).

Martins et. al. (2020), ainda destacam que o [...] lawfare é uma das formas de manifestação das ‘guerras híbridas’, previstas em manual do exército norte-americano de 2018”.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Guerra Híbrida ao redor do mundo: não existem “coincidências”, há um padrão

A etapa inicial da invasão estadunidense por meio de Guerra Híbrida ocorre através de um golpe brando no Estado alvo, o processo conhecido como “revolução colorida”, é assim denominada, pois os manifestantes utilizam símbolos padronizados, nos protestos as pessoas carregam cartazes com pautas genéricas (o que passa a impressão de que os protestos são supraclassistas, a pauta mais recorrente está relacionada ao fim da corrupção), em determinados estágios das “revoluções coloridas” as ações evitam confrontos com as forças de segurança; nessas fases os participantes realizam atos e performances que passam ao público em geral que não há violência nas manifestações, daí o nome “colorida”; o objetivo neste momento é chamar a atenção de diferentes segmentos da população, manipulando os elementos já disseminados nas Operações Psicológicas que antecederam as manifestações (Fernandes, 2022).

Ademais, há a etapa na qual durante os protestos serão inseridas as técnicas que vão possibilitar a progressão para a futura guerra não convencional, nesta fase entra em cena o elemento da “vítima sagrada”. O pensamento é simples, os articuladores das manifestações precisam de um motivo para iniciar o enfrentamento mais incisivo, mais violento; para tal, geralmente ocorre uma tragédia com um simpatizante ou membro do movimento, provocada pelos próprios agentes que implantaram a “revolução colorida” (Stone, 2016).

A técnica de mitificação da “vítima sagrada” é importante para manter a “revolução colorida” viva e a manipulação sobre os simpatizantes em torno da causa. É difícil conduzir os protestos meses a fio; as pessoas se cansam, as tensões diminuem, as manifestações podem coincidir com feriados e invernos rigorosos, por isso os articuladores das “revoluções coloridas” criam uma infraestrutura com shows, eventos culturais e a ocupação de um lugar simbólico sempre tem um ar acolhedor (Korybko, 2015; Stone, 2016; Fernandes, 2022). Assim, quando os ânimos arrefecem é preciso criar um discurso

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

em torno de uma “vítima sagrada” para manter as manifestações ativas e progredir para as fases seguintes.

Na Revolução dos Cedros, no Líbano em 2005, a “vítima sagrada” foi Rafik Hariri, o político foi assassinado e as narrativas acerca de sua morte ampliaram as manifestações; por outro lado, Viktor Yushchenko em 2004 na Ucrânia assumiu esse papel, depois que foi envenenado; a história veiculada foi de que os russos foram os responsáveis, assim a “Revolução Laranja” ganhou força ajudando-o a vencer as eleições (Stone, 2016).

No Brasil, o então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro foi esfaqueado durante a campanha eleitoral de 2018; o episódio pode ser interpretado como uma tentativa de transformá-lo numa “vítima sagrada” para sensibilizar os eleitores. Chega-se a essa conclusão, pois ao entorno do evento existem muitas suspeições; em especial no que tange aos processos de investigação conduzidos pelas autoridades, motivações e origem do agressor (Estadão, 2019), bem como o episódio também serviu para criar a narrativa de que a esquerda no Brasil tentou assassiná-lo, nesse caso, os discursos foram proferidos pelos setores que apoiavam o então candidato Bolsonaro (Gilberto, 2019; Tv 247, 2021); mas também porque a instrumentalização do acontecido, por parte dos sujeitos que subsidiavam a campanha de Bolsonaro, está muito próxima das estratégias de cismogênese (Bateson, 1936), isto é, estratégias de polarizações criadas e controladas. As *fakes news* e a cismogênese foram utilizadas durante a campanha do então candidato e são parte das estratégias de Guerra Híbrida instalada no Brasil pelos seus apoiadores (Leirner, 2020).

Na Ucrânia em 2013/14 um evento ocorrido em torno do Euromaidan (praça ocupada por manifestantes de oposição ao presidente) mudou os rumos da “revolução colorida” instalada no país. No dia 30/11/2013, membros do Pravy Sektor (grupo neonazista de extrema-direita), muito bem treinados, se infiltraram no meio de grupos de manifestantes que se encontravam no Euromaidan e iniciaram um conjunto de provocações e agressões à polícia, que reagiu. No entanto, a imprensa não divulgou a parte que cabe ao grupo neonazista; foi veiculado que os policiais usaram da violência para dispersar os manifestantes

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

para que a prefeitura de Kiev pudesse instalar uma árvore de natal, ou seja, que a polícia iniciou o conjunto de agressões aos manifestantes (Stone, 2016).

Vitaliy Zakharchenko (Ministro do Interior e Chefe de polícia nacional) aponta que o Chefe de gabinete da prefeitura de Kiev, Sherhiy Lyovochkin, em conjunto com o líder oposicionista Arseniy Yatsenyuk articularam o evento. Lyovochkin autorizou a instalação da árvore de natal, mesmo depois de informado por Zakharchenko que não seria possível; a permissão foi dada porque a imprensa estava no Euromaidan; a ação foi combinada com os membros do Pravy Sektor, que sob as ordens de Yatsenyuk se infiltraram entre os manifestantes pacíficos e iniciaram provocações aos policiais para que a reações das forças de segurança fossem registradas pela imprensa (Stone, 2016).

No dia 30/11/2013, os manifestantes pacíficos transformaram-se nas primeiras “vítimas sagradas” da Guerra Híbrida ucraniana, os membros do Pravy Sektor provocaram a polícia, mas quem de fato sofreu as retaliações foram sujeitos que não sabiam da articulação. Desta forma, a população sensibilizada com o evento aderiu com mais força as manifestações. É preciso informar que os protestos estavam perdendo fôlego, o serviço secreto ucraniano já havia relatado ao Ministro do Interior que a tendência era de que os atos contra o governo arrefecessem, logo, não havia motivos para reação violenta do Estado, no entanto, a articulação do dia 30 de novembro reascendeu os ânimos e as práticas dos grupos de extrema de direita passaram a ser legitimados (Stone, 2016).

As “revoluções coloridas”, são ativadas a partir de um evento chave, o “acontecimento”, este evento pode ser criado ou aproveitado pelos articuladores que já estão atuando no território do Estado-alvo, não importa se são verdadeiros ou falsos, trata-se do gatilho. Portanto, o “acontecimento” pode ser uma fraude eleitoral, prisão de um líder, aprovação ou veto de lei, declaração polêmica, sanções governamentais e outros (Korybko, 2015); qualquer episódio que possa ser utilizado pelos invasores para pôr em prática a infraestrutura operacional. Na Geórgia em 2003 e na Ucrânia no ano de 2004, o “acontecimento” teve início quando observadores e organizações internacionais realizaram denúncias sobre fraudes nas eleições.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

No caso da Geórgia, os protestos da “revolução colorida” foram iniciados no outono de 2003, as denúncias de fraude levaram a renúncia do presidente Eduard Shevardnadze e o agendamento de novas eleições, a partir desse momento uma grande movimentação para monitorar o novo processo eleitoral passou a ocorrer. ONGs e o *kmara* realizaram o monitoramento da votação e apuração paralela no pleito. O *kmara* foi movimento de oposição que lutavam contra o governo e seus membros foram treinados pela *Otpor*⁶ (Ortega, 2009; Engdahl, 2009).

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), na ocasião, gastou 1,5 milhão de dólares para computadorizar o sistema de apuração de votos; bem como os EUA investiram pesado para enviar observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para acompanharem o pleito, além disso, meses antes da eleição, o presidente George Bush enviou à Geórgia James Baker, Secretário de Estado, que entregou uma carta de Bush a Shevardnadz enfatizando a necessidade de eleições livres; enquanto isso, grupos como o *Kmara* realizavam protestos contra a base governista (Fairbanks, 2004).

O vencedor do pleito foi Shevardnadz, mas a OSCE apontou fraude; as manifestações “populares” intensificaram-se, em meio aos protestos o governo estadunidense emitiu uma nota informando que estava decepcionado com as fraudes nas eleições; o líder da oposição Mikhail Saakashvili (candidato pró-Estados Unidos) intensificou o discurso de irregularidades, suas falas e atos públicos insuflavam as multidões, dando origem a “revolução rosa”, o clima de tensão levou o presidente eleito a renunciar, novas eleições foram marcadas e Saakashvili saiu vencedor (Ortega, 2009).

6 A *Otpor* (que significa “resistência”) foi o grupo que liderou e organizou as manifestações de rua contra o governo de Milošević, foram os agentes públicos do processo, o ator que ficou nas “sombras” foi os Estados Unidos; a *Otpor* foi treinada por Robert Helvey, coronel do Exército estadunidense e analista da Defense Intelligence Agency, os cursos capacitaram as lideranças da *Otpor* com as técnicas de ação não-violenta (Engdahl, 2009), bem como, a organização foi na ocasião financiada Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED). Ademais, a *Otpor* treinou e treina diversos grupos com o objetivo de causar distúrbios contra governos alvos, ela foi a responsável pela formação dos movimentos que eclodiram nos episódios conhecidos como “Primavera árabe”; trata-se de um tenente na rede internacional por trás das revoluções coloridas, é o agente que treina e aparece para as câmeras, a falsa liderança; o núcleo que de fato comanda o processo, geralmente, não aparece (Fernandes, 2022).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Na Ucrânia, em 2004, o processo foi parecido, Viktor Yushchenko, o candidato pró-Estados Unidos, venceu o primeiro turno; no segundo turno das eleições, Viktor Ianukovich, candidato do presidente Leonid Kuchma saiu vitorioso com uma margem de menos de 3%; no dia seguinte a OSCE reportou que houvera fraude, nesse contexto o movimento *Pora* (“É tempo”) – também treinado pela Otpor e pelo Kmara – iniciou uma série de manifestações, conhecida como “revolução laranja” (Engdhal, 2009).

Mediante as pressões, a Suprema Corte da Ucrânia decidiu anular as eleições e realizar um novo segundo turno, nas novas eleições saiu vencedor Yushchenko, mas o detalhe interessante está na participação dos Estados Unidos no processo (Kuzio, 2005); meses antes das eleições o Senado Americano aprovou resoluções dando permissão ao presidente Bush a advertir o governo ucraniano em caso de fraude eleitoral, assim como autorizava o governo estadunidense a tomar medidas contra os sujeitos envolvidos nas fraudes; ademais, Richard Lugar, a pedido do presidente, foi à Ucrânia para monitorar pessoalmente o segundo turno das eleições e levar uma carta a Kuchma alertando sobre as consequências negativas para o governo ucraniano caso o resultado fosse adulterado; o senador foi outro observador que apontou irregularidades nas eleições (Ortega, 2009).

Coincidência? Ou os Estados Unidos cumpriram um protocolo? Andrew Korybko (2015) explica que as adesões às manifestações ocorrem porque diferentes segmentos sociais previamente já estavam sendo preparadas por Operações Psicológicas, através das mídias sociais, da grande imprensa (que na maioria das “revoluções coloridas” estão envolvidas no processo), de filmes, propagandas televisivas, músicas, aplicativos de comunicação, como whatsapp e twitter, eficientes na propagação de *fakes news*, etc.; assim a demografia-alvo vai sendo sensibilizada acerca de determinados temas e quando o “vírus” (o “acontecimento”) é lançado, a população começa aderir ao movimento “espontaneamente” e a “revolução colorida” é instalada. O objetivo dela é derrubar o governo e proporcionar a união de diferentes segmentos sociais.

Para impactar o consciente coletivo e causar impacto na comunidade internacional são utilizadas técnicas de formação de enxames de manifestantes. A *técnica de enxame*

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

consiste em manipular aglomerações e progressões das manifestações em bloco, os líderes treinados e infiltrados nas multidões conduzem a massa em movimentos em rede, as unidades operacionais (“células” de manifestantes) avançam ocupando os espaços de forma estruturada e programada, como se fossem enxames de abelhas e dando a impressão de serem algo amorfo, cria-se uma mente de colmeia. Tais progressões são oriundas de métodos de guerra em rede, cujas unidades militares se movimentam no teatro de operações em unidades pequenas e interconectadas, proferindo ataques de todos os lados, a intenção é confundir o inimigo, fazê-lo pensar que são vários ataques (Arquilla & Ronfeldt, 2000; 2000; Engdahl, 2009).

A técnica de enxame é combinada ao uso das tecnologias de informação e dos métodos não violentos de Gene Sharp. Destaca Korybko (2015) que o Google Maps, YouTube, Facebook e Twitter, aplicativos disponíveis em celulares modernos, são utilizados em conjunto para convocar os manifestantes e auxiliar na formação e operacionalização dos enxames. As plataformas de comunicação têm como escopo “viralizar” as manifestações e gerar engajamento internacional, as tecnologias interligam as gentes em rede.

Na Sérvia, em 2000, foram pela primeira vez combinadas as técnicas de enxame e tecnologias de informação, houve a utilização das ‘chat rooms’, blogs e mensagens instantâneas através de celulares e textos de SMS (Engdahl, 2009). Nas manifestações do Egito e Tunísia, o Twitter teve papel fundamental, os organizadores fizeram uso das *hashtags* #algeria, #egypt, #feb14, #morocco, #sidibouze #yemen e conseguiram dar um caráter transnacional aos protestos, os manifestantes eram convocados de outros países, processo que ampliou os fluxos de compartilhamento de informações a respeito dos atos nas redes sociais, assim como ampliou a repercussão internacional dos movimentos (Bartkowiak *et. al.*, 2017).

Desta forma, independentemente de qual país estivesse, a pessoa adepta a narrativa que justificava a eclosão da “revolução colorida” realizava a convocação de outros adeptos para comporem os grupos de manifestantes, de igual modo, a utilização das redes sociais chamava atenção dos atores do ocidente; segundo korybko (2015), chamar a

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

atenção da comunidade internacional é fundamental, assim são criados os consensos para a realização das ações dos agentes externos contra as soberanias dos territórios sobre ataque das “revoluções coloridas”.

Na Bolívia, após as denúncias de fraude eleitoral, houve a insurgência de policiais e militares que transmitiram suas ações pelas redes sociais, para convocar outros atos de sublevação contra o governo, ademais, mais de 68 mil contas falsas do Twitter foram criadas na semana do golpe e nos dias posteriores para disseminar informações falsas contra os governos, inclusive, mais da metade das dessas contas apareciam como seguidores dos líderes golpistas. Além disso: “Os robôs do Twitter ainda promoveram 14 campanhas contra Evo e negando o golpe, como #NoFueGolpeFueFraude ... tanto no Twitter quanto no Facebook, se difundiram massivamente as *fakes news* de que Morales teria relações com o narcotráfico, reproduzida por parlamentares da oposição venezuelana” (Penido & Stédile, 2021, p. 94).

Os enxames e a utilização das tecnologias de informação/redes sociais são combinados aos métodos não violentos criados por Gene Sharp. Korybko (2015) afirma que os livros do mencionado autor se tornaram manuais das “revoluções coloridas”. Sharp (2003) sugere a utilização de *slogans*, caricaturas, símbolos, operar gravações, emissoras de rádio, televisão e vídeo; estas táticas são parte do que ele denomina de “Comunicação com o público mais vasto”, estes métodos são potencializados com uso das redes sociais. Um outro grupo de ações é denominado pelo autor de “Intervenção Física” e consistem na concentração de pessoas do movimento em lugar simbólico, incursões não violentas (com panfletos ou alimentos), invasões, obstruções e ocupações.

Tais técnicas puderam ser percebidas no Euromaidan na Ucrânia em 2014, na praça Tahrir no Egito, no ano de 2011 e nas universidades da Nicarágua em 2018, no mais, os métodos foram utilizados nas “revoluções coloridas” da Sérvia, Geórgia, Quirguistão, Ucrânia, no Egito, na Líbia, Tunísia e nas tentativas na Venezuela e Cuba (Sussman & Krader, 2008; Engdahl, 2009; Ortega, 2009; Fagundes, 2020); os grupos que lideraram as sublevações admitem publicamente que entraram em contato com os livros.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Há também registros de métodos violentos em meio aos protestos pacíficos, existem registros na Venezuela, na Nicarágua, no Egito e no Brasil. Geralmente, são grupos mais radicais e de extrema direita que iniciam os distúrbios em meio às manifestações pacíficas (no caso de “revoluções” plantadas em Estados com estrutura democrática), quando tais episódios ocorrem é porque há tentativa de progressão para a guerra não convencional (Fernandes, 2022).

É preciso destacar que tanto as “revoluções coloridas” quanto a fase incipiente podem demorar anos para serem preparadas e instaladas, a título de exemplo, na Sérvia em 2000, a preparação das ONGs contra o governo, a cooptação da oposição, o financiamento da mídia oposicionista ao presidente, o treinamento da Otpor por agentes estadunidenses foi iniciado quatro anos antes das “manifestações populares” que derrubaram Slobodan Milosević (Fernandes, 2022). Outra questão muito importante é que se as “revoluções coloridas” tem nos livros de Gene Sharp seus manuais de campo; o documento – produzido pelo exército do Estados Unidos – “Forças especiais da guerra não convencional” [Special Forces Unconventional Warfare] é o material teórico que detalha o “passo a passo” para a instalação e aplicação da guerra não convencional por parte dos agentes estadunidenses, o documento é também conhecido como “TC 18-01”.

Na Bolívia, o “acontecimento” também esteve vinculado a questão eleitoral; o processo teve início em 2016 com a realização do referendo sobre alteração da Constituição Política do Estado (CPE), o referendo foi proposto pelo Movimiento al Socialismo (MAS) e possibilitaria a Evo Morales disputar mais uma eleição. No entanto, cerca de 51,3% da população rejeitou a propositura do MAS, Morales pelo resultado não poderia participar de outro pleito e tentar exercer o quarto mandato consecutivo (Domingues, 2016; BBC News, 2019).

O MAS recorreu do resultado no Tribunal Constitucional da Bolívia que acatou o recurso e em novembro de 2017 publicou decisão que permitiu a Evo Morales disputar as eleições no ano de 2019. O recurso encaminhado pelos parlamentares do MAS, com base no artigo 23 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, pediu a suspensão dos arti-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

gos da Constituição boliviana que vetavam duas reeleições consecutiva, o que impedia a candidatura de Morales. O Tribunal concluiu que as cláusulas interferiam nos direitos políticos do então presidente, bem como dos demais políticos cuja reeleição estava limitada, portanto, os direitos garantidos na Convenção prevaleciam sobre as restrições constitucionais (BBC News, 2016; Molina 2017; Agência Brasil, 2017).

A oposição ficou enfurecida com a decisão do Tribunal, deste episódio foram produzidos os discursos de que a Bolívia estava se tornando uma “nova Venezuela”, uma vez que o MAS dera um golpe de Estado (Molina, 2017), mas, especialmente, foi deste evento que se criou a narrativa de que haveria fraude eleitoral (Brasil de Fato, 2020). O encaminhamento do recurso contra a decisão do referendo de 2016 e a decisão do Tribunal Constitucional possibilitaram a criação do “acontecimento”.

Deste modo, um contexto de Operações Psicológicas foi instalado, grupos de mídia tradicionais e alternativos passaram a disseminar uma série de *fakes news* contra Morales, fatos de sua vida pessoal foram expostos e deturpados, bem como uma série de informações foram veiculadas sobre decisões do presidente que, supostamente, comprovavam que estava traindo seus apoiadores, como o caso dos incêndios florestais no norte e leste do país. A narrativa era de que Morales estava permitindo que pecuaristas cometessem os crimes ambientais, dando a entender que estava quebrando seu compromisso com a *Pachamama* (mãe natureza), algo sério para as comunidades indígenas que apoiam o MAS:

A propagadora da campanha foi Jhanisse Vaca Daza, da ONG Ríos de Pie/Standing Rivers, receptora de fundos da NED e da Usaid, mas também do Oslo Freedom Forum e da Human Rights Foundation (HRF), que financiam manifestantes na Venezuela e em Hong Kong (Penido & Stédile, 2020, p. 92).

Ademais, adversários partidários abertamente versavam que as eleições seriam fraudulentas, Carlos Mesa, que ficaria na segunda colocação nas eleições de 2019, publica-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

mente desacreditava o sistema eleitoral um ano antes do pleito; o argumento central era de que a candidatura de Morales era ilegítima devido a decisão do Tribunal Constitucional (Brasil de Fato, 2020).

Deste modo, o “terreno” estava sendo preparado, quando saiu o resultado, em outubro de 2019, de que Evo Morales havia vencido, Carlos Mesa se pautou na fraude eleitoral consolidada e a “revolução colorida” boliviana foi de fato iniciada. Mesa, na noite em que o resultado foi publicado, foi à imprensa para dizer que havia ocorrido uma “fraude monumental” (Brasil de Fato, 2020), logo em seguida houve uma forte campanha nas redes sociais convocando manifestações sob pretexto de que as eleições foram fraudadas (Penido & Stédile, 2020). Carlos Mesa era o candidato pró-Estados Unidos:

... vazamentos da correspondência diplomática pelo WikiLeaks revelaram que o candidato derrotado por Morales, Carlos Mesa, reunia-se com os embaixadores dos EUA desde 2008. Ele mesmo é integrante de um *think tank* sediado em Washington, o Diálogo Interamericano, financiado tanto pela Usaid quanto por petroleiras como Chevron e Exxon (Penido & Stédile, 2020, p. 91).

Ademais, a peça importante para legitimar o golpe foi o relatório da Organização de Estados Americanos (OEA) confirmando que as eleições foram fraudadas (Brasil de Fato, 2020). A partir do mencionado posicionamento, ocorreram protestos violentos, liderados por setores da Província de Santa Cruz e as forças armadas pressionaram Morales a renunciar, que o fez e fugiu para o México. Logo depois da renúncia, a senadora Jeanine Áñez se autoproclamou presidenta do país. Ocorreram novas eleições, no entanto, o candidato do Movimento ao Socialismo (MAS) – apoiado por Morales – venceu as eleições (Penido & Stédile, 2020).

Os motivos que levaram ao golpe na Bolívia, encabeçado pelos Estados Unidos, estão relacionados ao controle do lítio (70% das reservas mundiais estão no país) de suma importância para a produção de baterias de telefones celulares e carros elétricos. Sabe-se

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

que um dos sujeitos interessados na “invasão” (golpe) foi Elon Musk, proprietário da Tesla, que publicamente admitiu a participação dos Estados Unidos na deposição de Morales quando escreveu em seu twitter: “Vamos dar golpe em quem quisermos” (Rede TVT, 2020).

No entanto, a fala de Musk é um *limited hangout*, isto é, uma verdade parcial; é uma técnica das agências de inteligência dos Estados Unidos para esconder eventos chave dos episódios. A cobiça pelo Lítio é verdadeira, mas o evento ganha uma resposta oficial de quem promoveu a ação, com a “resposta” não se aprofunda mais no assunto, mas também amplia o discurso que seria mais uma teoria da conspiração.

Existem outros motivos para a deposição de Morales, além dos Estados Unidos não concordarem com a política de participação de 50% das empresas nacionais na exploração dos recursos naturais (era uma exigência para que as empresas estrangeiras pudessem explorar o lítio boliviano), faz dez anos que Morales vem denunciando e confrontando Washington, expondo as interferências dos Estados Unidos na Bolívia e suas ligações com os partidos da oposição, inclusive já expulsou diplomatas norte-americanos e a USAID do país e suspendeu a cooperação entre Bolívia e o DEA (interrompendo as atividades de suposto combate às drogas), segundo o presidente, o DEA também conspirava contra o seu governo⁷.

Logo, Elon Musk ao falar sobre a participação no golpe, parcialmente diz a verdade e desvia as atenções da comunidade internacional sobre outras questões e demais participantes, sobretudo, o envolvimento de setores de governo e grandes corporações em atividades ilícitas; como destacamos, já houve uma resposta oficial, o golpe está relacionado com o lítio, assim o público é induzido a não procurar outros aspectos relacionados ao processo.

Na Venezuela, o caso foi parecido com a Bolívia, Nicolás Maduro venceu as eleições, foram realizadas denúncias de fraude, ondas de protestos violentos foram registra-

7 Segundo Romulus Maya, o DEA e o Mossad têm participação no tráfico internacional de cocaína, financiam suas operações secretas com o tráfico internacional de drogas (Maya, 2019).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

das contra o resultado e o Governo (Fagundes, 2020), Ruan Guaidó, o presidente da Câmara se autodeclara presidente da república – após fugir do país alegando perseguição política – e os Estados Unidos reconhecem o novo governo (Penido & Stédile, 2020). Os partidos da oposição na Venezuela (entre os quais o partido de Guaidó) são financiados pelos Estados Unidos, atuam no interior do sistema democrático na Venezuela em prol dos interesses estadunidenses (Brasil de Fato, 2022).

Outro episódio da Guerra Híbrida Venezuelana ocorreu com a Operação Gedeón, uma tentativa de sequestro de Nicolás Maduro por um grupo de mercenários da empresa (estadunidense) Silvercorp que recebeu informações da oposição (G1, 2020) e foi contratada – segundo as investigações do Ministério Público venezuelano – por Juan José Rendón, assessor de Guaidó (Revista Fórum, 2020). Além disso, o governo dos Estados Unidos ofereceu uma recompensa de US\$ 15 milhões para quem capturar Maduro, que passou a ser acusado pelo Departamento de Justiça norte-americano de narcoterrorista, lavagem de dinheiro e corrupção (Poder 360, 2020).

Aqui aparece outro mecanismo de Operação Psicológica da Guerra Híbrida, a difamação das lideranças políticas do Estado Alvo para a opinião pública internacional, desta maneira, cria-se um sentimento de solidariedade no mundo ocidental para justificar as intervenções econômicas e militares (Stone, 2016; Fernandes, 2022). A difamação internacional de lideranças ocorreu contra o presidente da Ucrânia em 2014 (chamado de nazista), contra Lula no Brasil entre 2016 e 2018 (apontado como chefe de quadrilha), Evo Morales (desde 2005 é chamado de traficante pela mídia internacional, pois foi cocaleiro, ou seja, uma pessoa que plantava folha de coca) e em 2022, Putin foi acusado de ditador pela imprensa ocidental, depois que ordenou a “operação especial militar” na Ucrânia. Coincidência? Não. Trata-se de um padrão da invasão estadunidense por meio de Guerra Híbrida.

A difamação, no caso de Maduro, faz com que a mídia internacional não discuta as relações entre Guaidó e as tentativas de golpes contra o presidente eleito da Venezuela que tem a “mão” dos Estados Unidos, há uma naturalização no fato do Departamento de

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Justiça estadunidense colocar a prêmio a “cabeça” de um chefe de Estado. Quando a Operação Gedeón foi desmantelada, a imprensa internacional simplesmente destacou que a ação seria justificada porque há uma recompensa; não há debate sobre o porquê das ligações entre Guaidó e o governo norte-americano.

Bem como há uma naturalização acerca das interferências estadunidenses por meio da USAID e NED, treinando setores da juventude e financiando as elites venezuelanas para enfraquecer o governo desde a gestão Chaves (Fagundes, 2020; Engdahl, 2009; Fernandes, 2022). Aparentemente, enquanto o povo estiver elegendo candidatos não alinhados a Washington, a eleição será deslegitimada e o governo escolhido será considerado uma “ditadura”, o que dá o falso direito dos Estados Unidos de interferirem nos processos domésticos da Venezuela (e de qualquer outro Estado, caso desagradar seus interesses).

O governo de Maduro não foi deposto, mas as sanções econômicas e políticas (inclusive contra a família do presidente) dos Estados Unidos foram pesadas, houve bloqueio dos ativos da estatal petroleira da Venezuela, a PDVSA; e por força do Departamento de Justiça dos Estados Unidos a estatal passou a ser controlada pela oposição; além do forte ativismo de Guaidó no âmbito internacional. A Venezuela foi de fato ocupada, as tropas são os partidos de direita que agem abertamente em território venezuelano em prol dos interesses de Washington⁸ (Brasil de Fato, 2022).

O outro caso na América Latina é o da Nicarágua, entre abril e julho de 2018 foi instalado no país um cenário de Guerra Híbrida, ao que parece, o objetivo era retirar do cargo de presidente Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), um dos líderes históricos da Revolução Sandinista (1979-1990). Ortega vem sendo eleito de forma democrática desde o ano de 2007 e seu governo vem promovendo movimentações que desagradam os Estados Unidos, tanto do ponto de vista social quanto geopolítico.

8 Os Estado Unidos ensaiaram um diálogo com o governo Maduro em 2022, os estadunidenses estavam sofrendo as consequências de uma crise energética por conta da guerra na Ucrânia, o que explicava a reaproximação.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

As políticas sociais e ampliação da democracia na Nicarágua deram popularidade e credibilidade a Daniel Ortega, suas sucessivas reeleições são prova disso. Assim, a oposição que sempre teve apoio dos Estados Unidos não consegue vencer os pleitos; por outro lado, a aproximação com a Venezuela e com os BRICS (com a China e Rússia) afastam a Nicarágua do eixo norte-americano. Tais condutas da política doméstica e externa passaram a ser analisadas de maneira negativa por Washington, desencadeando uma série de ações contra o governo da FSLN.

Desde 2011 a mídia internacional (apoiadora dos Estados Unidos) vem proferindo o discurso de que as reeleições de Ortega são oriundas de processos eleitorais fraudulentos; movimento reforçado por ONGs financiadas pelo governo norte-americano, como a *Hagamos Democracia* (Zeese & McCune, 2018; Kaufman, 2019). As *fake News* eram disseminadas mesmo com os índices de aprovação do governo Ortega na ordem de 70%, as notícias somavam-se aos cortes de ajuda financeira a Nicarágua após a primeira vitória de Ortega em 2006 e, posteriormente, geraram as articulações do Congresso norte-americano para a criação, no ano de 2017, da *Nicaragua Investment Conditionality Act*, aprovada em novembro de 2018, depois do evento da Guerra Híbrida em território nicaraguense. A lei em questão foi criada com o pressuposto de instalar eleições livres na Nicarágua (Fagundes, 2020).

Como demonstrado anteriormente, essa é uma tática dos Estados Unidos, difamar os governos Alvos, a *Nicaragua Investment Conditionality Act* é uma afronta a soberania nicaraguense, como a FSLN não perde as eleições nas urnas (logo, a oposição não consegue ser eleita), o objetivo é dizer a comunidade internacional que a democracia da Nicarágua está “errada”; trata-se de um protocolo de invasão bem definido.

Foram quatro anos de preparativos para dar início a primeira fase da Guerra Híbrida no país, as fases que antecederam o “acontecimento” foram articuladas pela NED e USAID em associação com ONGs e institutos privados. A NED trabalhou em conjunto com a ONG *Hagamos Democracia* e o Instituto de Estudios Estratégicos y Políticas Públicas (IEEPP), ambos foram financiados para capacitar ativistas para debater e gerar informa-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

ções contra o governo Ortega; a USAID financiou diversos cursos de capacitação e desenvolveu programas econômicos, a cooptação foi direcionada a grande imprensa para que criassem consensos sobre democracia e direitos humanos que fossem díspares da política de Ortega.

Ademais, houve financiamento de programas de formação de “lideranças estudantis” e aproximação com grupos dissidentes ao sandinismo e de coletivos de mulheres apoiados pelos Estados Unidos; nesse caso a *Freedom House* era a responsável pela mediação, bem como foram inúmeros os encontros entre as “lideranças” da direita com representantes da embaixada americana para coordenarem campanhas de oposição a Daniel Ortega nas eleições municipais, inclusive, com o apoio explícito dos Estados Unidos a candidatos de extrema direita. O consenso criado foi de que Ortega era um perigo para a democracia na Nicarágua e que sua renúncia era a única solução, este foi o pensamento e discurso explicitado desde o primeiro dia da eclosão da “revolução colorida” (Gonzalez, 2019; Delgado, 2019; Fagundes, 2020).

Na Nicarágua em 2018, o “acontecimento” para a “revolução colorida” foi o anúncio de uma reforma previdenciária, Fagundes (2020), explica que:

O FMI pressionava o governo, tanto em 2017 como em 2018, pelo aumento da idade de jubilação de 60 para 65 anos, duplicação do tempo de contribuição, aumento da porcentagem da contribuição patronal e dos empregados, redução da taxa de reposição (a porcentagem do salário recebido por um trabalhador aposentado em relação ao salário recebido antes da aposentadoria), e corte serviços de saúde, privatizando hospitais e clínicas - medidas que agredem diretamente os trabalhadores (Fagundes, 2020, p. 59).

A proposta do FMI era apoiada pelo Consejo Superior de la Empresa Privada (COSEP) – a maior representante do setor privado na Nicarágua – e, também, defendida pelos grandes meios de comunicação como o jornal *La Prensa* (de espectro político conservador e de maior circulação no país); o Governo Ortega, por outro lado, não aceitava a sugestão do Fundo e propunha um aumento de 0,75% na contribuição dos trabalhadores e

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

de 1,75% do Governo, bem como ampliava a taxa de lucro dos empresários na ordem de 3,5% e no sentido de criar serviços previdenciários para os setores mais vulneráveis propôs uma redução de 5% das aposentadorias. A propositura do Governo tinha o aval de diferentes setores da sociedade nicaraguense; como o COSEP se retirou das negociações (pois só acataria a proposta de Ortega caso uma ampla reforma tributária fosse realizada, o que não foi aceito); foi publicado um decreto presidencial com as propostas ratificadas somente pelos diferentes segmentos sociais, sem o acordo com o COSEP (Fagundes, 2020).

O cenário estava armado para a eclosão da “revolução colorida”; o COSEP convocou manifestações contra o decreto de Daniel Ortega, a grande mídia passou a deturpar a proposta de Ortega dizendo que o Governo iria cortar benefícios e exigir maiores contribuições dos trabalhadores, o discurso ganhou força através de perfis falsos nas redes sociais e de ONGs apoiadas pela NED como a Fundacion Nicaraguense para el Desarrollo Economico y Social (Funides), a campanha dos manifestantes nas redes ficou conhecida como hashtag #SOSINSS (Fagundes, 2020).

Desde o primeiro dia⁹ dos protestos contra o Governo de Daniel Ortega houve uma campanha coordenada com disseminação de informações falsas por meio do Facebook e WhatsApp e vídeos forjados pelos manifestantes que atuavam como se estivessem sendo atacados pelas forças de segurança; os principais protagonistas desses processos foram ONGs, dissidências da FSLN (como o Movimiento por el Rescate del Sandinismo - MRS), partidos e instituições do espectro político mais à direita, todos financiados e articulados com USAID e NED (Ayerdis, 2018; Fagundes, 2020).

A medida que as informações de agressões do Governo Ortega contra civis ganhavam força, nas redes sociais e por meio da grande mídia nacional e internacional (a título de exemplo, La Prensa, El País e BBC News reproduziam os twitters e mensagens do Facebook sem apuração das fontes), os EUA aplicavam sanções a funcionários do governo e

9 Dia 18 de abril de 2018.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

família do chefe do poder executivo contra supostos atos de corrupção e violação dos direitos humanos (Penido & Stédile, 2020).

O padrão sírio era seguido, a fase incipiente iniciara com notícias falsas veiculadas pela imprensa e *internet* de massacres a civis (Bandeira, 2013); progrediu para as sanções oficiais do governo estadunidense, como aconteceu na Venezuela (Ayerdis, 2018) e ganharia ares da guerra não convencional da Ucrânia (Fagundes, 2020), pois desde o início o discurso dos articuladores era de renúncia do presidente Ortega e as ações violentas de guerrilha urbana foram aplicadas.

No mês de abril os protestos ficaram violentos, ataques terroristas a edifícios do governo e prédios públicos foram registrados em diferentes cidades, os articuladores, desta maneira, invadiam e ocupavam universidades públicas, incendiavam gabinetes municipais e outros equipamentos do Estado e os sandinistas eram atacados nas ruas e em suas casas (Fagundes, 2020), ao final do mês de abril a guerra de guerrilha estava instalada.

A expressão da violência na Nicarágua foram os *tranques*, barricadas que tinham função ofensivas e de defesa, eram utilizadas para bloquear rodovias e ruas e os acessos aos bairros, as manifestações contra a polícia e a população ocorriam com o apoio dos *tranques* (Fagundes, 2020); várias ações coordenadas com base nesses grupos foram utilizadas para assassinar segmentos da população nicaraguense. As ações dos *tranques* se comparam ao do Pravy Sector na Ucrânia em 2013/2014.

Há relatos de que homens encapuzados arremessavam coquetéis *molotov* em casas que eram incendiadas com pessoas no interior; os *tranques* geralmente eram formados nos acessos do bairro que estava sendo atacado, assim a polícia era impedida de entrar e a população de escapar do perímetro (180 Grados, 2019). As barricadas também serviam para atrair as forças policiais (a divisão antidistúrbio) e logo em seguida eram alvejadas por franco-atiradores, assim policiais e manifestantes eram atingidos pelos projéteis (Sefton, 2018; Lárcom, 2019).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Ademais, as universidades públicas foram ocupadas por estudantes treinados por ONGs e por setores da oposição e, também, por organizações criminosas (que portavam armamento pesado), as unidades ocupadas tornaram-se bases de operações para preparar as ações da guerra não convencional, entre as quais as montagens midiáticas em que os ocupantes gravavam vídeos cujo conteúdo forjava ataques das forças de segurança sobre os mesmos, bem como das ocupações é que partiam as incursões das unidades operacionais responsáveis por saquear e incendiar equipamentos urbanos.

Além disso, os grupos de oposição roubavam uniformes da polícia para agredir os manifestantes pacíficos ou se vestiam com camisetas de sandinistas para atacar os manifestantes, tais táticas eram acompanhadas pela grande mídia, assim “vítimas sagradas” eram mitificadas, deste modo, era possível fortalecer a narrativa de que o governo Ortega era o responsável por massacres aos estudantes, diga-se de passagem, era assim que veículos de imprensa como a *BBC*, *The Guardian*, *The Washington Post* e *The New York Times* apresentavam os episódios (Fagundes, 2020).

Como já fora destacado, há um padrão, no caso da Nicarágua os Estados Unidos fizeram uso de ONGs e grupos de extrema direita (os *tranques*), *fake news* e houve articulação com a grande mídia potencializando as táticas de difamação e “vítimas sagradas”, tais métodos e técnicas, por exemplo, foram vistas na Ucrânia em 2013/2014. “Coincidência”?

Na Argentina, os Estados Unidos “atacaram” o território por meio do “lawfare”. O “ataque” foi comandado pelo poder judiciário da Província de Buenos Aires, que por meio do processo judicial que conhecido como “Caso dos Cadernos” perseguiu judicialmente sujeitos/as vinculados ao Partido Justicialista (PJ) e setores da imprensa progressista, bem como, foi responsável pela condenação da vice-presidente (e senadora da república) Cristina Kirchner que ficou impedida de disputar a eleição de 2023. O processo teve apoio da Grande mídia argentina, por meio o Grupo Clarín, da agência de inteligência argentina e de agentes externos, diretamente vinculados aos Estados Unidos.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

O que ocorreu na Argentina é muito parecido com os recentes processos políticos no Brasil, especificamente, no que tange a Operação Lava Jato, a ascensão do ex-juiz Mouro interferindo na política partidária, o impeachment de Dilma e a prisão de Luís Inácio Lula da Silva em 2018 (que o impossibilitou de disputar as eleições presidenciais). Os recentes fatos no Brasil tiveram interferências diretas e indiretas do poder judiciário, Grupo Globo e os Estados Unidos (Fernandes, 2022; Fernandes, 2021, Fernandes, 2019). Seriam grandes “coincidências” os casos brasileiros e Argentinos? Aparentemente não, há um padrão.

Em dezembro de 2022 a então vice-presidente da Argentina e senadora da República, Cristina Kirschner, foi condenada a seis anos de prisão pelo Tribunal de Comodoro Py (quartel general dos juízes federais da Província de Buenos Aires), tornando-se inelegível de forma indefinida e inabilitada a exercer cargos públicos, segundo o poder judiciário argentino a punição foi em decorrência de administração fraudulenta

A condenação é resultado do “Caso dos Cadernos”, a Operação Lava Jato argentina¹⁰. Trata-se de supostos “pagamentos” a Cristina Kirchner oriunda de grandes empresários para obter contratos de obras públicas durante os seus governos e seu ex-marido Néstor Kirchner entre os anos de 2005 e 2015. O escândalo tomou os noticiários em 2018, os promotores se basearam em anotações registradas em oito cadernos escolares entregues a justiça por Oscar Centeno, ex-motorista do Ministério de Planejamento (El PAÍS, 2018).

De acordo com a delação de Oscar Centeno, ele é quem recolhia as sacolas das propinas e entregava a família Kirchner, dinheiro coletado semanalmente por dez anos. O ex-motorista teria anotado datas, horários de pagamento, placas de veículos, nomes, endereços e valores; seu cálculo é que tenha transportado um montante de US\$ 56 milhões em dinheiro. Supostamente, mais de vinte empresas participaram da rede de corrupção.

10 No Brasil, o juiz Sérgio Moro liderou a Operação Lava Jato, esta condenou empresários e políticos com base em provas que permitiam interpretações e não muito confiáveis, entre as quais, matérias de jornais que realizaram denúncias falsas de ações de corrupção (Proner, 2016; Fernandes, 2021); Souza, 2020; Leirner, 2020).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Com as investigações, uma série de prisões foram realizadas, especialmente dos empresários envolvidos no esquema, que por meio de delações premiadas corroboraram com as informações de Centeno. O juiz federal Claudio Bonadio estava encarregado do processo (G1, 2018).

Na Argentina, o “Caso dos Cadernos” ficou conhecido como “D’Alessiogate. O apelido foi dado depois que a sociedade argentina tomou conhecimento da existência de uma rede internacional que inventou falsos crimes, por meio do “Caso dos Cadernos” para incriminar e tornar inelegível Cristina Kirchner. A rede era formada pelo juiz Claudio Bonadio (encarregado do “Caso dos Cadernos”); o procurador federal Carlos Stornelli; veículos e jornalistas do Grupo Clarín; a Ministra da Segurança do ex-presidente Maurício Macri, Patricia Bullrich; a DEA (sigla em inglês para Agência Estadunidense Antidrogas); a agência de inteligência argentina “Agência Federal de Inteligência” (AFI) e a CIA (Norton, 2022; Bartoli, 2022; Madsen, 2019; Duplo Expresso, 2019; Farinelli, 2019; Verbitsky, 2019). A condenação da ex-presidente abriu caminho para eleição de Javier Milei (o Bolsonaro dos Estados Unidos na Argentina).

A farsa do “Caso dos Cadernos” e rede internacional criada para influenciar a política argentina foi descoberta quando o empresário argentino Pedro Etchebest realizou uma denúncia, em março de 2019, ao juiz Alejo Ramos Padilla – do Departamento Judicial de Dolores/Buenos Aires – sobre uma ação de extorsão que estava sendo realizada contra ele por um homem chamado Marcelo D’Alessio (daí a expressão “D’Alessiogate”). O empresário foi procurado por D’Alessio – que se identificou como espião de inteligência e diretor regional da DEA na Argentina – e lhe pediu uma quantia de trezentos mil dólares para ser inocentado das acusações de seu envolvimento no “Caso dos Cadernos” (Farinelli, 2019; Verbitsky, 2019; Bartoli, 2022).

Pedro Etchebest não tinha o dinheiro, muito menos participou do suposto esquema de subornos ao governo, deste modo, resolveu recolher provas contra Marcelo D’Alessio e o seu parceiro, o procurador federal Carlos Stornelli, que atuava no tribunal do

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

juiz Claudio Bonadio, o magistrado responsável pelos “Casos dos Cadernos”, no qual a ex-presidente Cristina Kirchner era investigada.

Pedro Etchebest entregou ao juiz Alejo Ramos Padilla “[...] vinte e quatro arquivos digitais, capturas de tela, fotografias e um pendrive com todas as ameaças registradas e depoimentos que conseguiu coletar. O magistrado tomou o seu depoimento durante 4 horas e meia [...]” (Bartoli, 2022).

As investigações de Ramo Padilha demonstraram um conjunto de articulações que relacionavam interferências diretas dos Estados Unidos no sistema judiciário e na política partidária na Argentina, bem como o plano de um golpe de Estado, envolvendo operações secretas financiadas pelo tráfico de drogas, sob a reponsabilidade do DEA, CIA e Mossad e o envolvimento de setores chave do Estado argentino (Madsen, 2019).

Outro elemento de suma importância foi a participação da grande mídia, o Grupo Clarín assiduamente publicou notas sobre os “Casos dos Cadernos”, apontando nomes, ratificando as ações; o link entre D’Alessio e o jornal era o repórter Daniel Santoro. As informações eram selecionadas e cirurgicamente publicadas na imprensa, bem como, os meios abertos de comunicação permitiam que D’Alessio aparecesse em programas de rádio e televisão, assim, se apresentava como advogado e prestador de serviços de agências de governo (Farinelli, 2019; Radio Capital 913, 2022). Muito similar ao caso brasileiro, no Brasil, o juiz Sergio Moro encaminhava informações sigilosas das investigações a veículos do Grupo Globo, que divulgavam ao grande público (Fernandes, 2019).

Assim, o “D’Alessiogate” é a rede criadora e articuladora do processo que culminou na condenação de Cristina Kirchner, cuja expressão na Argentina é o “Caso dos Cadernos”, uma operação para interferir na política do país e que tinha tentáculos com as operações do Mossad israelense, com membros do governo Trump e com o Brasil (em especial, setores do governo Bolsonaro). Ademais, as acusações contra a ex-presidente Cristina Kirchner foram realizadas com base em fotocópias de páginas de cadernos escolares, a justiça nunca apresentou os originais (Farinelli, 2019; Duplo Expresso, 2019).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

As investigações relacionadas ao caso “D’Alessiagate” revelaram que além de promover um golpe contra os setores progressistas na Argentina, a rede estava envolvida na tentativa de assassinato do presidente venezuelano Nicolás Maduro em 2015¹¹ e articulando operações para desestabilizar o governo do presidente uruguaio Tabaré Vázquez da “Frente Amplio de Uruguay” (Madsen, 2019).

A descoberto de “D’Alessiagate” mostra a intervenção direta dos Estados Unidos no sistema judiciário, econômico e na grande mídia argentina, trata-se de uma intervenção de dentro do sistema, uma invasão silenciosa e que se utiliza de mecanismos formais da democracia (judiciário, mídia, agentes de estado eleitos pelo povo e funcionários públicos).

Não existem coincidências, a mesma tática, o chamado “lawfare”, foi utilizada no Brasil (bem como, no Paraguai, Ucrânia, Paquistão, Bangladesh, Honduras e outros países atingidos pela Guerra Híbrida). O “Caso dos Cadernos” é a Operação Lava jato da Argentina, juízes e promotores atuando com parcialidade e apoio externo para influenciar a política no país. No Brasil, a prisão de Lula “abriu caminho” para eleição de Bolsonaro; na Argentina, a condenação de Cristina Kirschner possibilitou a abertura de oportunidade para a eleição do “bolsonaro argentino”, Javier Milei.

Brasil: “coincidências” de uma invasão

a) A “revolução colorida”: protestos, Petrobras e espionagem

No Brasil, no ano de 2013, diversos segmentos da sociedade foram para as ruas protestar contra o governo Dilma em diferentes cidades. As primeiras manifestações foram iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), Assembleia Nacional do Estudantes (ANEL) e alguns coletivos anarquistas contra o aumento da tarifa de ônibus no município

11 A operação que tinha como objetivo assassinar Maduro teve base na Colômbia e o “D’Alessiagate” tinha relações com o plano ((MADSEN, 2019, DUPLO EXPRESSO, 2019).

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

de São Paulo, era uma pauta local que, *a priori*, não reverberava diretamente em outras cidades brasileiras. Os mencionados grupos, com espectro político mais à esquerda, conduziram os protestos entre 6 a 11 de junho, depois disso as manifestações ganharam outras proporções e foram protagonizadas por segmentos com perfis diferentes (André, 2020). As ações iniciais do MPL, ANEL e dos coletivos anarquistas foram o estopim para a aplicação de uma “revolução colorida” no Brasil (Engdahl, 2016).

Jessé Souza (2020) também afirma que as “jornadas de junho”, em 2013 (como ficaram conhecidos o conjunto de protestos no Brasil), devem ser caracterizadas como “revolução colorida” aos moldes da Guerra Híbrida americana. De acordo com o autor, as manifestações de junho de 2013 foram o mote para as interferências do poder judiciário na política brasileira, por meio de ações da Operação Lava Jato¹² e dos julgamentos parciais de juízes, tais como o Sérgio Moro¹³.

Em maio de 2013, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, veio ao Brasil para conversar com a presidenta Dilma Rousseff acerca do marco regulatório do petróleo que estabelecia a Petrobras como a única operadora dos campos do Pré-Sal, a empresa por lei teria que possuir participação de no mínimo de 30% (Lei 12.351/2012), diminuindo a participação das empresas estrangeiras (em especial das estadunidenses) na exploração das novas jazidas. Desta maneira, os lucros do Pré-Sal poderiam financiar os projetos nacionais, o que significava diminuir a dependência e influência norte-americana no Brasil. Aparentemente, o projeto nacional brasileiro incomodava o governo americano

12 A Operação Lava Jato é o nome dado ao conjunto de investigações conduzidas pela Polícia Federal e Ministério Público Federal para apurar crimes de corrupção ativa e passiva no Brasil gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Em decorrência da Lava Jato foram descobertos diversos esquemas de corrupção envolvendo grandes empreiteiras nacionais, empregados públicos da Petrobras, operadores financeiros e membros dos principais partidos políticos do país. As investigações foram iniciadas em 17 de março de 2014 e interferiram diretamente na política partidária brasileira, influenciando, em especial, as eleições para presidente no ano de 2018. É no âmbito da operação Lava Jato que o Juiz Sérgio Moro apareceu no cenário nacional.

13 É preciso ressaltar que oficiais do exército estavam de comum acordo com magistrados em ações relacionadas a cena política brasileira. Já no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2005), alguns setores das forças armadas passaram a se aproximar do poder judiciário, relação que ganhou força com o “Mensalão” (Leirner, 2020) e que depois veio a público quando Sérgio Moro foi convidado para fazer parte do governo Bolsonaro.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

(Escobar, 2016), bem como a intenção da visita de Biden era “pressionar” o Brasil no que dizia respeito a participação chinesa no processo de exploração do petróleo nas novas reservas. No mês seguinte, menos de duas semanas depois da visita, os protestos contra o governo Dilma explodiram em todo o país (Engdahl, 2016).

Seria uma “coincidência”? Na Geórgia (2003) e Ucrânia (2004) os procedimentos foram parecidos, um representante do Estado americano foi dialogar com o presidente, o candidato da situação venceu, a oposição fez uma denúncia sobre fraude eleitoral, logo em seguida houve uma “revolução colorida”, novas eleições e o candidato pró-Estados Unidos saiu vitorioso.

No caso brasileiro, as manifestações de junho de 2013 possibilitaram a queda da popularidade da presidenta Dilma Rousseff, que era de um pouco mais de 70% até junho (Engdahl, 2016), o processo aprofundou os cismas internos entre o Governo e alguns setores das elites, além disso, o Brasil já sofria os efeitos econômicos da crise financeira mundial e do fim do ciclo do *boom* das *commodities* (Fernandes, 2019). É neste contexto que a presidenta disputou as eleições presidenciais e se sagrou vencedora em 2014, a diferença de votos foi muito pequena entre ela e o segundo colocado (menos de dois milhões de votos), logo após o resultado, o candidato derrotado, Aécio Neves, declarou que houve fraudes nas eleições. Seria outra “coincidência”?

Concomitante aos processos na cena política, a Polícia Federal, por meio da “Operação Lava Jato” já investigava as principais empresas de capital nacional e que apoiavam o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Ademais, nesse contexto a Petrobras era alvo de operações de espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA). O debate veio à luz por meio do repórter do jornal britânico *The Guardian*, Glen Greenwald, que em maio de 2013 revelou uma série de documentos sobre grampos na estatal brasileira e em operações de monitoramento da presidenta Dilma Rousseff, a fonte de Greenwald foi o antigo analista da NSA, Edward Snowden (BBC News, 2013).

Os documentos vazados por Snowden revelaram que a inteligência estadunidense monitorava mensagens de e-mails, telefonemas, skype e qualquer outro tipo de informa-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

ção, além dos acessos em redes sociais e na internet que estavam sendo grampeados. As denúncias também demonstraram que o serviço secreto americano estava invadindo a privacidade e ferindo liberdades individuais de lideranças e de cidadãos em diversas partes do mundo, houve grande mal-estar diplomático na relação entre diversos países e Estados Unidos, sobretudo, com o Brasil (BBC News, 2013).

Há relação entre as manifestações de junho de 2013 com as operações secretas dos Estados Unidos reveladas por Snowden? Aparentemente, sim. Além disso, o Brasil se aproximava cada vez mais da China por intermédio dos BRICS, que encabeçava projetos como “Belt and Road” (a nova rota da seda para integrar a Eurásia), criavam o banco de desenvolvimento do BRICS, como organismo alternativo de financiamento e fechavam acordos de negócio e comércio a partir de suas próprias moedas, evitando o dólar americano. Deste modo, passou a ser alvo da Guerra Híbrida estadunidense, o que possibilitava interromper projetos como do submarino nuclear (aos moldes iniciados na gestão Lula¹⁴), boicotar as empresas brasileiras que ganhavam projeção global e se apossar do Pré-sal (já que o marco regulador do Petróleo, aprovado no governo Lula, excluía as empresas norte-americanas do controle da exploração) (Escobar, 2016).

“Coincidência”? os protestos (a “revolução colorida”) enfraqueceram o governo Dilma, dessa forma, as classes médias, as elites burocráticas e partidárias criaram o clima para o discurso de impopularidade que daria sustentação para o seu *impeachment*. A acusação de Aécio Neves acerca de fraude eleitoral também não foi coincidência, como já destacamos, a narrativa foi utilizada em outros países. Mas, no Brasil, a mudança de regime via sistema parlamentar não ocorreu imediatamente, como na Geórgia (2003) e Ucrânia (2004), assim como em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). Foram necessários dois anos até o *impeachment* da presidenta, que ocorreu por meio de uma tese jurídica falsa e um julgamento político (Proner, 2016).

14 Leirner (2020) explica que setores das forças armadas que não participavam do projeto por questões políticas passaram a conduzir os trabalhos, bem como os grupos empresariais vinculados ao PT que tinham participação na construção do submarino foram retirados das operações.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

b) O papel da grande mídia

No ano de 2015 dezenas de protestos passaram a ocorrer contra a presidenta do Brasil, as manifestações foram convocadas pela grande mídia, em especial, pelos aparelhos do Grupo Globo. As suas emissoras de televisão (aberta e fechada) convocavam com antecedência os telespectadores. No dia dos protestos transmitiam informações sobre possibilidades de acesso aos lugares dos atos, divulgavam boletins sobre quantidade de pessoas presentes, demonstravam o comportamento dos manifestantes, a programação das emissoras no dia dos protestos era exclusiva para convocar a população para protestar contra o Governo (Gobbo, 2016; Fernandes, 2019).

Essa é a fase da “revolução colorida” em que os manifestantes passaram a utilizar camisetas da cor “verde e amarela”, é momento em que as forças por trás do “bolsonarismo” (as forças armadas) passaram a atuar em conluio com diferentes setores da burguesia brasileira, com parlamentares, com a “Operação Lava Jato” e o Grupo Globo (e outros grandes grupos de mídia). Nesse momento da “invasão”, a grande mídia e grandes institutos de análise política passaram a coordenar informações que endossavam as acusações falsas contra Dilma, no que dizia respeito ao cometimento de crime de responsabilidade (Fernandes, 2019);

Os motivos apresentados pela acusação e que provocaram a instauração de processo de *impeachment* contra a presidenta da República estão relacionados à edição de seis decretos não numerados, responsáveis pela abertura de créditos suplementares e as chamadas “pedaladas fiscais”, referentes ao atraso no pagamento ao Banco do Brasil de subvenções relativas ao “Plano Safra”.

No que tange ao primeiro, os decretos publicados estavam ratificados pela lei nº 13.199/15, portanto, não houve desrespeito à meta primária, como afirmou a denúncia. A Lei orçamentária permite abertura de crédito suplementar sob a condição de que a meta primária tenha sido atingida, assim quando o Congresso Nacional aprovou o PLN nº 5/2015, convertida na Lei nº 13.199/15, permitiu a inclusão de créditos suplementares na Lei

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

orçamentária. Em relação ao segundo motivo, os denunciante se apropriaram da Lei de Responsabilidade Fiscal para tentar provar que houve ato atentatório à Lei Orçamentária. O art.85, no seu inciso VI, descreve que cometerá crime de responsabilidade aquele que afrontar a Lei Orçamentária. Algo que a presidenta não fez, o que ocorreu foi o atraso de repasse de dinheiro público a um banco público, a denúncia comparou retenções temporárias com operações de créditos –o que não é fato (Ramos e Moreira, 2016, p. 58; Moraes Bahia et. al., 2016, p. 32; Botelho e Teixeira, 2016, p. 394-395).

O Grupo Globo e outros grandes veículos de comunicação, como a “Revista Veja” por exemplo, deram suporte as teses falsas durante o ano de 2015, entre outras ações, concederam espaços de fala para os juristas que elaboraram a tese do *impeachment*. Ora reproduziam e compartilhavam vídeos nas redes sociais de Hélio Bicudo (um dos autores da tese) comentando os detalhes da sua tese de acusação e/ou dando opinião sobre o governo, ora repercutiam entrevistas realizados por canais de grande repercussão eleitoral em editoriais especiais, como foi o caso das reportagens da “Revista Veja” comentando a entrevista de Janaína Pascoal¹⁵ (outra autora da tese) e Hélio Bicudo no programa “Roda Viva” da “TV Cultura”.

No dia da votação do *impeachment* a atuação do Grupo Globo foi muito ativa. A TV Globo, por exemplo, começou a acompanhar as movimentações no Congresso Nacional a partir das 9h da manhã, entrava com flashes do jornalismo em meio à programação matinal e às 14h, com o início da sessão na Câmara, deu exclusividade à cobertura política (Mourão e Martins, 2016, p. 2). A emissora mudou prontamente sua programação de domingo. De acordo com Gobbo (2016):

“[...] a longa sessão realizada na Câmara dos Deputados no domingo, dia 17 de abril de 2016, que votou e aprovou abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi transmitida ao vivo pela Rede Globo de televi-

15 Pascoal é advogada e professora do curso de direito da Universidade de São Paulo. A jurista foi eleita deputada pelo estado de São Paulo nas eleições de 2018. O partido pelo qual disputou a eleição foi o Partido Social Liberal - PSL.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

são, assim como por outras emissoras de TV, já informadas que o processo de afastamento seria aprovado pelos deputados, em cobertura que durou mais de dez horas. O que chamou nossa atenção é que, para que fosse feita essa transmissão ao vivo, foi articulado entre as empresas midiáticas e clubes de futebol a mudança da data dos jogos do Campeonato brasileiro, que tradicionalmente ocorrem aos domingos e que geram grandes receitas, sobretudo à Rede Globo. Além disso, a própria data da sessão de votação foi escolhida com precisão pela grande mídia e pelas forças políticas da burguesia brasileira, pois a audiência no domingo certamente seria maior do que em qualquer dia da semana. Diga-se de passagem, raramente há sessões na Câmara dos Deputados aos domingos” (Gobbo, 2016, p. 23).

Em outras palavras, a ênfase na cobertura era parte da Operação Psicológica que tratava de convencer a população que o processo de *impeachment* estava ocorrendo dentro da normalidade democrática. No entanto, era o ato que preparava a população para a prisão de Luís Inácio Lula da Silva. A continuidade do processo de mudança do regime de governo, segundo Boaventura de Souza Santos (2018), ocorreu com a prisão de Lula. A prisão o impediu de participar das eleições de 2018. Lula era o favorito para vencer o pleito, as pesquisas demonstravam vitória no primeiro turno.

Dessa forma, no dia 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório com 367 votos favoráveis e 137 contrários ao *impeachment*. O parecer da Câmara foi imediatamente enviado ao Senado, que também formou a sua comissão especial de admissibilidade. O relatório foi aprovado por 15 votos favoráveis e 5 contrários.

No dia 11 de maio de 2016, por meio de uma sessão que “atravessou” a madrugada, o Senado aprovou, por 55 votos a 22, o afastamento da presidenta Dilma por 180 dias. Com a decisão dos senadores, assumiu o vice-presidente Michel Temer, que permaneceu na condição de presidente interino até o encerramento do processo. No dia 29 de agosto

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

de 2016, Dilma realizou sua defesa no Senado Federal. Sobre este episódio, Gobbo (2016) afirma:

“[...] Essa defesa também durou mais de dez horas, porém nenhuma programação dos canais de televisão foi alterada de forma a transmitir ao vivo a sessão do Senado, como ocorrera na sessão da Câmara dos Deputados. Além disso, a data da defesa ocorreu numa segunda-feira, dia em que as audiências são muito menores se comparadas às dos domingos” (Gobbo, 2016, p. 23).

Dilma não conseguiu provar sua inocência e no dia 30 de agosto de 2016, o plenário do Senado condenou a presidenta por crime de responsabilidade. No dia seguinte o Brasil tinha um novo presidente e a invasão havia gerado resultado. A mídia apoiadora, nos dias posteriores aos processos parlamentares apenas tratou de descrever aos telespectadores o andamento da sessão e deu ênfase ao discurso de que a “voz” do povo havia sido atendida.

Michel Temer, na função de presidente, já em 2016 sancionou, sem veto, a Lei 13.365/2016 que revogou a obrigatoriedade da Petrobras participar na exploração do petróleo do Pré-Sal, a proposta de alteração foi do Senador José Serra. Seria mais outra “coincidência”?

José Serra foi o candidato na eleição presidencial de 2010, foi derrotado por Dilma Rousseff. No site *WikiLeaks* está publicado o telegrama no qual José Serra afirma a Patricia Pradal – Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Assuntos Corporativos da Chevron Brasil – que se caso fosse vitorioso mudaria o marco regulatório, ao que parece a promessa foi cumprida anos depois, mas na posição de Ministro de Relações Exteriores do governo Michel Temer.

Serra encaminhou a proposta em 2015, em fevereiro de 2016 foi votada em regime de urgência no Senado, aqui o “impeachment político”¹⁶ já estava prestes a ocorrer e se

16 Em decorrência da falsa tese jurídica Fernandes (2019) passou a denominar o impeachment da presidenta Dilma de “impeachment político”. Segundo o autor, este não foi o golpe que mudou o regime, mas o “meio do caminho”, foi a ferramenta para criar um discurso de criminalização do PT e do então ex-presidente Lula, bem como foi o processo que levou a sua prisão e abriu caminho para a vitória de Bolsonaro nas eleições de

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

transformou em Lei após a deposição de Dilma. José Serra era do mesmo partido político de Aécio Neves, o PSDB, este era o partido que representava os interesses dos Estados Unidos no Brasil.

c) “Cooperação” internacional para invasão: cooptando o judiciário

Foi a partir de 2016 que Lula passou a ser investigado, culminando com a sua prisão em abril de 2018, o que contribuiu com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Aqui está a outra frente importante da Guerra Híbrida estadunidense ao território brasileiro, a relação entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e os juízes que compunham as Forças Tarefas da “Operação Lava Jato”, mais especificamente a “cooperação” entre 13ª Vara Federal de Curitiba sob a responsabilidade do então juiz Sérgio Moro e o DoJ.

Antes, é preciso explicar que os Estados Unidos têm uma estratégia global baseada na Foreign Corrupt Practices Act [Lei de Práticas de Corrupção no Exterior] (FCPA), um mecanismo transnacional de “lawfare” para atingir fins geopolíticos e comerciais. Inicialmente a FCPA era uma lei que punia empresas estadunidenses que cometiam atos de corrupção no Exterior, atualmente é arma que tenta conferir jurisdição mundial aos Estados Unidos. Dessa maneira, conseguem interferir nos ambientes domésticos de outros Estados. Esse feito foi possível depois que a FCPA adotou, em 1998, o modelo da Convenção Anticorrupção da OCDE, a partir de então o DoJ passou a alcançar alvos para além das fronteiras norte-americanas, especialmente porque inúmeros países passaram a adotar a Convenção e a publicar em nível nacional “leis anticorrupção”, diplomas que se tornaram potentes armas para a prática do “lawfare” (Martins; et. al., 2020).

O “lawfare” político, geopolítico e comercial permite que o DoJ desenvolva estratégias que visam atender interesses das empresas norte-americanas. Os dois principais setores que passou a se interessar são o 1) petrolífero e 2) eventos esportivos, em especial

2018.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

o futebol. Daí [...] “surge a Lava Jato, alimentada por informações de órgãos dos EUA – e o futebol. Com a internet, os grupos de mídia norte-americanos passam a querer controlar esse mercado bilionário que é o do futebol” (Brasil de Fato, 2017).

Desta forma, por meio da relação FCPA – a Convenção Anticorrupção da OCDE – leis anticorrupção, os Estados Unidos ampliam sua jurisdição sobre os territórios nacionais se houver alguma prática ilícita de agentes dos últimos com o território norte-americano. Geralmente são elementos que fomentam esse elo, a corrupção envolvendo transações em dólar, servidor de e-mails e filiais ((Martins; et. al., 2020). Portanto, a FCPA permite ao DoJ investigar empresas americanas no exterior e corporações estrangeiras com suspeitas de atividades criminosas que tenham vínculos com os Estados Unidos (Estrada & Bourcier, 2021).

No que tange ao Brasil, ainda no governo Bush (2001-2008) os Estados Unidos iniciaram o processo de cooptação do sistema judiciário brasileiro, como parte do conjunto das ações de combate ao terrorismo. O serviço de inteligência norte-americano investigava a atuação de células terroristas no Brasil e as redes de lavagem de dinheiro e corrupção que, supostamente, poderiam auxiliá-las. É nesse contexto que o Departamento de Estado americano passou a financiar programas de treinamento de juízes brasileiros para utilizarem técnicas jurídicas americanas para combater esquemas de corrupção. Desta maneira, foi criado, no ano de 2008, o “Projeto Pontes” que consistiu em um conjunto de cursos de formação para treinar os magistrados brasileiros a partir de: 1) grupos de trabalho anticorrupção, 2) da doutrina jurídica estadunidense (em especial, as delações premiadas) e 3) através de redes que tinham por objetivo partilhar “informalmente” dados fora dos padrões estabelecidos pelos tratados bilaterais de cooperação judiciária. Foi por intermédio dessa estrutura que a embaixada norte-americana passou a tecer relações com o juiz Sérgio Moro (Estrada & Bourcier, 2021).

A rede supracitada ganhou mais força com a publicação da “Lei anticorrupção” – Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 – cuja edição é resultado de fortes pressões do “Grupo de Trabalho da OCDE sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais”, imensa-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

mente influenciada pelos Estados Unidos. A “Lei anticorrupção” possui inúmeros dispositivos da FCPA) (Estrada & Bourcier, 2021).

A Lei 12.846/2013 tornou-se a maior arma de intervenção das questões internas no Brasil, sobretudo porque positivou os crimes de organização criminosa e de obstrução da justiça, tornando possível a utilização de delações premiadas. O dispositivo de crime de obstrução de justiça passou a ser aplicado para justificar a prisão cautelar e condenação dos acusados, bem como para criar contexto propício para obtenção de acordos de delação premiada com o escopo de confirmar a hipótese acusatória (Martins et. al., 2020).

Com base nos dispositivos supracitados, Sérgio Moro e a Operação Lava Jato interferiram na política partidária brasileira e atingiram diretamente a Petrobras; desta forma os políticos brasileiros passaram a ser literalmente “caçados” e o PT criminalizado, culminando no *impeachment* da presidenta Dilma e na prisão do ex-presidente Lula (Martins et. al., 2020; Souza, 2020; Estrada & Bourcier, 2021). Mais uma “coincidência”?

Por outro lado, o DoJ e o FBI – com base na FCPA – investigavam as empreiteiras brasileiras e pressionavam-nas a “colaborar” com a justiça norte-americana. A Odebrecht, por exemplo, foi indiciada pela justiça americana:

“No entanto, os líderes do grupo relutam em assinar o acordo de “colaboração” proposto pelas autoridades americanas, que inclui o reconhecimento de atos de corrupção não só no Brasil, mas em todos os países onde esta gigante da construção está instalada.

Para dobrá-los, os magistrados ordenam ao banco Citibank, responsável pelas contas da subsidiária americana da empresa, que dê à Odebrecht trinta dias para encerrá-los. Em caso de recusa, os valores depositados nessas contas serão colocados em liquidação judicial, situação que excluiria o conglomerado do sistema financeiro internacional e, portanto, o colocaria em falência” (Estrada & Bourcier, 2021, para. 49).

É deste episódio que a 13ª Vara Federal de Curitiba, comandada por Sérgio Moro, obteve as informações para expedirem os mandatos contra os executivos da empresa no Brasil com o objetivo de conseguir as delações para verificar os supostos esquemas de

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

corrupção da Odebrecht com a Petrobras e daí tecer as relações com o PT e Lula. Portanto, tratava-se de uma ação de ordem geopolítica e com interesses geoeconômicos para atingir o Brasil (no interior do processo de integração regional que liderava) e as gigantes brasileiras da construção civil, porque estavam vencendo os principais contratos no setor, mas também porque financiavam campanhas eleitorais na América Latina, o que significava patrocinar campanhas de lideranças políticas anti Estados Unidos, como é o caso de Chaves e Maduro na Venezuela e de candidatos em regiões chave no Brasil, por exemplo, no município de São Paulo (centro financeiro dos investimentos estadunidenses e onde tinha seu principal aliado: o PSDB) (Estrada & Bourcier, 2021).

Da rede DoJ-Lava Jato é que foram produzidas as “estranhezas” nas investigações contra o ex-presidente Lula; por exemplo, a gravação da conversa do último com Dilma divulgada pela TV Globo e que foi encaminhada à emissora por Sérgio Moro (Estrada & Bourcier, 2021). Para Souza (2020), o Grupo Globo está envolvido em todos os processos mencionados; no que tange aos protestos de 2013, quando os grupos de esquerda que realizaram as manifestações iniciais saíam de cena, a Globo passou a simpatizar com os protestos em 2013 e depois com a “Operação Lava Jato”. O autor ainda aponta que essa mudança de postura está relacionada a investigação que a empresa sofria do DoJ devido ao seu envolvimento nos processos de corrupção em negócios entre Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A Globo estava sendo investigada, havia uma cooperação internacional entre o FBI e o Ministério Público da Espanha e da Suíça no esquema de corrupção que envolvia Sandro Rosell, ex-presidente do Barcelona de 2010 a 2014 e ex-executivo da Nike; Ricardo Teixeira, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e João Havelange, ex-presidente da FIFA, a rede chegava até a Globo. As investigações revelaram um esquema de desvio de dinheiro de patrocínios de jogos da Seleção Brasileira e corrupção na venda dos jogos da Copa do Mundo, das Eliminatórias, da Copa das Américas e da Libertadores e do uso de empresas laranjas para adquirirem direitos de transmissão dos jogos de campe-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

onatos nacionais a preço mínimo, depois o laranja vendia para as emissoras de TV, que faturavam várias vezes mais com a venda do patrocínio (Nassif, 2017).

A Globo entrou na mira do FBI depois que o ex-jornalista J. Hawilla foi preso, ele era dono da empresa Traffic Group, a empresa laranja que atuava no esquema nos campeonatos brasileiros¹⁷. Era Hawilla que fazia a mediação na compra dos direitos de transmissão para a Globo. Como foi preso, a emissora comprou diretamente de Ricardo Teixeira os direitos da Copa do Brasil. O FBI já tinha a informação sobre o envolvimento da Globo, sem o uso do laranja foi descoberta e ficou nas mãos do DoJ (Nassif, 2017; Brasil de Fato, 2017).

Os Estados Unidos utilizaram o contexto de envolvimento da Globo nos casos de corrupção envolvendo FIFA e CBF e a emissora se tornou uma aliada na Guerra Híbrida instalada¹⁸ (Souza, 2020). Como diz Korybko (2015), a grande mídia dá apoio as “revoluções coloridas”. Esse fato tem relação direta com os vazamentos de informações sigilosas das investigações da Lava Jato realizadas pelo Ministério Público e Sérgio Moro aos veículos de informação do Grupo Globo (Guimarães, 2016) e o explícito posicionamento do Grupo Globo contra o governo Dilma, convocando manifestações e exaltando em seus programas de rádio e televisão a “Operação Lava Jato” e a ação anticorrupção de Sérgio Moro (Fernandes, 2016).

d) Provas estranhas: condenação para interferir na política?

Além do “estranhamento” que envolveu o desrespeito do Juiz Sérgio Moro ao artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal do Brasil de 1988, no que tange ao sigilo das co-

17 As outras empresas laranjas do esquema internacional de corrupção eram o “Torneios y Competencia” na Argentina, na FIFA, a ISL e vinculadas aos negócios de Rosell, a Alianto (Nassif, 2017).

18 Além disso, o governo Dilma apresentou um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) para criar uma nova Lei de Comunicação que feria o monopólio da Globo no mercado de comunicação no Brasil, o objetivo era criar uma legislação para abrir o mercado brasileiros as empresas do setor da internet, como Google e Facebook, tornando a primeiro o segundo maior destino de publicidade no Brasil (Amorim, 2015; Ferreira, 2020). Aparentemente, o posicionamento da família Marinho contra o PT e o governo Dilma está relacionada a proposta de PLIP. Bem como, coincide com as investidas do DoJ contra a Globo, visto que anular a empresa brasileira, significava colaborar com as empresas americanas mencionadas.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

municações, quando divulgou a conversa entre Dilma e Lula (Santoro, 2017); a sentença que condenou Lula esteve repleta de arbitrariedades, a sentença teve um viés eminentemente político; nunca existiram provas contra o ex-presidente, não houve processo penal justo, a título de exemplo, inúmeras provas:

... às quais inocentavam Lula de todas as acusações, foram juntadas aos autos e nenhuma delas foi levada em consideração pelo magistrado de 1ª instância. Nem mesmo as declarações das testemunhas de defesa foram devidamente apreciadas e valoradas. O que tivemos foi uma condenação fundamentada não em provas, mas em convicções e em razões de ordem política, inclusive com o uso de reportagens veiculadas no Jornal O Globo de 10 de março de 2010 (Rodrigues, 2017, p. 117).

Ademais, a “delação premiada” do representante indiciado do Grupo OAS (agora Grupo Metha), mesmo desprovida de provas, pautada em mera alegação e sem nenhuma constatação, foi utilizada para condenar Lula (Rodrigues, 2017), bem como o então ex-presidente foi preso antes do fim do processo e não pode exercer o seu direito de defesa como pede o devido processo legal (Ribeiro & Costa, 2017; Estrada & Bourcier, 2021).

Além disso, o que chama mais atenção são as similitudes das técnicas jurídicas utilizadas por Moro e os métodos do DoJ empregados em casos da cena política estadunidense. Existem enormes semelhanças entre as prisões do senador norte-americano, pelo estado do Alaska, Ted Stevens e Lula. O primeiro, um grande opositor do Governo Obama, foi condenado pela justiça por violação do código de ética, o processo foi iniciado depois que Bill Allen, CEO da VECO Corporation (e amigo de Stevens) assinou acordo de delação premiada com autoridades judiciais e apontou que Stevens havia recebido 160 mil dólares para realizar uma reforma de seu chalé no Alaska (Souza, 2020; Martins et. al., 2020).

O então ex-presidente Lula foi condenado por conta de suposto recebimento ilícito para financiar a compra de um triplex no Guarujá e um sítio em Atibaia, além disso, atualmente é sabido que as “delações” que geraram provas contra ele foram enviesadas. Em outras palavras, a trama montada contra o senador estadunidense serviu de base para o

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

processo contra Lula, as duas teses têm como objeto bens imobiliários como ponto de partida para provar envolvimento em esquema de corrupção. Seria outra “coincidência”?

O outro detalhe interessante, o juiz que julgou e condenou Luís Inácio Lula da Silva – Sérgio Moro – tornou-se Ministro da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro, candidato que nas eleições se beneficiou com a criminalização do PT, prisão e condenação de Lula. Outra “coincidência”?

São públicas as declarações de Kenneth Blanco, procurador-geral adjunto do DoJ, sobre a relações do DoJ com a “Operação Lava Jato” (Estrada & Bourcier, 2021), portanto, aparentemente, Sérgio Moro foi o representante direto dos Estados Unidos no governo Bolsonaro, eleito com ajuda das articulações entre o ex-magistrado e o DoJ.

Moro renunciou ao cargo de Ministro em abril de 2020; um ano depois (abril de 2021), o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou os quatro processos criminais da Operação Lava Jato que tramitaram contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 13ª Vara Federal de Curitiba sob a responsabilidade de Moro (BBC News, 2021), além disso, o STF reconheceu que houve parcialidade no julgamento realizado pelo magistrado da 13ª Vara Federal de Curitiba (G1, 2021).

e) Consórcio de generais

No entanto, a invasão estadunidense teve sucesso, o Governo Dilma foi deposto pelo desencadeamento de processos políticos que levaram a um *impeachment* com falsas teses de acusação (Proner, 2016), o PT foi criminalizado pela Operação Lava Jato (que tinha o apoio do Departamento de Justiça dos Estados Unidos) e políticos profissionais foram “caçados”. Cenário que interferiu diretamente nas eleições e ajudou a eleger Jair Bolsonaro (Estrada & Bourcier, 2021; André, 2020) e possibilitou o retorno dos militares ao controle do Poder Executivo.

A Guerra Híbrida estadunidense instalada em solo brasileiro, permitiu a ascensão ao bloco no poder um “consórcio de generais” que passou a comandar o Estado brasilei-

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

ro e que de fato ditou as ordens utilizando as instituições democráticas (Leirner, 2020). Para Leirner (2020) não houve governo civil no Brasil durante o governo Bolsonaro (2019-2022), o país tinha governo militar e Bolsonaro era representante direto do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)¹⁹, comandado pelo General da Reserva Augusto Heleno.

O GSI perdeu o status de ministério no segundo mandato de Dilma Rousseff, via decreto a presidenta colocou o Gabinete como órgão subordinado ao Ministro da Casa Civil. Depois do *impeachment* e logo assunção de Michel Temer, o GSI recuperou sua posição de ministério e passou a ser uma espécie de órgão regulador das ações de governo, todas as intenções do poder executivo eram reportadas ao General Heleno.

Aparentemente, o General Heleno era a verdadeira liderança que ditava as ordens do “consórcio de generais” e comandava o poder executivo do Brasil. Segundo Leirner (2020), Bolsonaro era apenas um “para-raios”, uma “cabeça de ponte” dos militares no congresso, o sujeito público que recebia as críticas; quem comandavam o Brasil eram alguns generais, além do mencionado, os outros homens fortes eram o vice-presidente Hamilton Mourão (atualmente senador da república) e setores ligados ao General Eduardo Villas Boas. Os três militares são vinculados a ala que discordou do processo de redemocratização no Brasil.

Considerações finais

No Brasil, a “invasão” deu certo, Dilma foi afastada em decorrência de articulações escusas, oriundas em parte pela dinâmica doméstica, mas, sobretudo, em decorrência das investidas americanas, implantando agentes pró-Estados Unidos no território nacional, como o ex-juiz Sérgio Moro, que com um golpe só contribuiu para o criminalizar uma das maiores lideranças do país, Lula; criminalizar o PT, partido político que desde 1989 vem disputando as eleições presidenciais (vencendo até 2018 quatro eleições de sete disputa-

19 O GSI perdeu o *status* de ministério no segundo mandato de Dilma Rousseff, via decreto a presidenta colocou o Gabinete como órgão subordinado ao Ministro da Casa Civil; depois do *impeachment* e logo assunção de Michel Temer, o GSI recuperou sua posição de ministério e passou a ser uma espécie de órgão regulador das ações de governo, todas as intenções do governo são reportadas ao General Heleno.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

das) e ajudou a eleger um representante dos militares ao cargo máximo da nação brasileira.

Ao longo dos dois últimos anos da gestão de Jair Bolsonaro, os discursos sobre fraude eleitoral foram comuns. O representante do poder executivo contestou as urnas eletrônicas, tratava-se de uma tática para deslegitimar as eleições caso fosse derrotado. Como demonstramos na discussão, esse comportamento é instrumento de Guerra Híbrida e ocorreu em diversos territórios (inclusive no Brasil em 2014). Seria outra “coincidência”?

A hipótese aqui é que estava sendo preparada uma narrativa para eclosão de uma “fase de guerrilha”. Aparentemente, esta tese se confirma com o evento do dia “8 de janeiro” de 2023, episódio que seria “o acontecimento” para a eclosão da guerra não convencional. No dia 8 de janeiro apoiadores de Bolsonaro invadiram o Congresso Nacional e vandalizaram o patrimônio público depois de meses de vigílias, acampamentos e protestos que se basearam nos discursos de Bolsonaro de que as eleições de 2022 (na qual venceu Lula) foi fraudada.

A ação do 8 de janeiro, provavelmente, seria o estopim para grupos armados e forças convencionais ligados aos setores de segurança investirem contra o novo governo. As investigações da Polícia Federal demonstraram que de fato um golpe estava sendo preparado, inclusive com ordens diretas do ex-presidente Bolsonaro e os setores das forças armadas. Existem diferentes provas, tais quais 1) a minuta do decreto presidencial que ordenava Estado de Sítio e Operação de Garantia de Lei e da Ordem. Dessa maneira, seria declarada a anulação das eleições de 2022, juízes seriam presos e políticos opositores (Soares e Prado, 2024) e 2) vídeo de reunião na qual o então presidente e sua cúpula de poder defendem o golpe (Carta Capital, 2024). No caso brasileiro, agentes de Estado é que iriam coordenar os enfrentamentos, assim, “brechas” poderiam ser “abertas” para o governo dos Estados Unidos realizarem novas intervenções híbridas e convencionais no Brasil.

Apesar de fracassada a tentativa de golpe, a “invasão” está em andamento e, aparentemente, foi bem sucedida. Primeiro, porque setores vinculados aos Estados Unidos e

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

das forças armadas fazem oficialmente parte da estrutura estatal, por exemplo, Hamilton Mourão, vice-presidente de Bolsonaro, foi eleito senador da república. Mourão era um dos generais do “consórcio” que, segundo Leirner (2020), de fato comandava o país na gestão Bolsonaro (trata-se um grande defensor do golpe de 64 e uma “voz” de muito poder nas fileiras conservadoras do exército e elite brasileira). Ademais, Sérgio Moro também foi eleito senador da república, ou seja, um “agente americano” na composição do legislativo brasileiro.

Segundo, a eleição de Lula em 2022 dependeu de, supostamente, um “grande acordo” entre o PT e as elites que ajudaram a prendê-lo. Basta observar a composição do seu governo, o seu vice-presidente é Geraldo Alkmin²⁰, uma das maiores lideranças do PSDB no passado e um dos maiores defensores do *impeachment* de Dilma (SBT News, 2016). Além disso, compõem pastas ministeriais senadores que votaram a favor do *impeachment*, mesmo com a tese falsa apresentada, como é o caso da Ministra Simone Tebet. O que significa o “grande acordo”? Ao que parece, o PT não elege mais candidatos com suas próprias forças, vai precisar cada vez mais do apoio de antigas elites parlamentares, que outrora foram suas inimigas na cena política.

Por outro lado, a articulação que levou a eleição de Bolsonaro criou uma estrutura de cismogênese (Leirner, 2020), isto é, de polarização controlada, o que leva ao fortalecimento da direita e da extrema-direita no Brasil, especialmente porque o PT se alinhou a políticos de espectro mais à direita e, ao que parece, precisa do alinhamento para vencer e disputar eleições.

Além disso, essa nova configuração está influenciando o eleitorado brasileiro, as pesquisas recentes demonstram que os brasileiros que se identificam com os partidos de direita são quase o dobro daqueles que votam em partidos de esquerda. Bem como, cada vez mais, o poder judiciário interfere nas decisões do poder legislativo e até mesmo do executivo. Esta interferência é o que Poulantzas (2000) nomeou como *estatismo autoritário*, uma característica de Estados neoliberais no qual o Poder Judiciário assume funções

20 Alkmin se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) para disputar as eleições.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

do poder legislativo e influencia diretamente a cena política. No caso brasileiro, o Poder judiciário é a peça-chave para a manutenção do “grande acordo”.

Do ponto de vista econômico, o Brasil perdeu o direito de participação na exploração do petróleo em território nacional; o que compromete a realização de política industrial que gere em longo prazo desenvolvimento econômico e social para o cidadão brasileiro. Tema que se torna mais importante neste momento de reconfiguração geopolítica no mundo e, sobretudo, no Oriente Médio. As tensões entre Israel e Iran, por exemplo, vão deixar o preço dos derivados do petróleo mais elevados, isso significa que as jazidas localizadas fora do Oriente Médio vão ser estratégicas para o atual contexto de mundo. No entanto, o Brasil é um país “invadido”, sem burguesia nacional e com agentes norte-americanos atuando diretamente no sistema de governo, tal condição não favorece aos interesses nacionais, ou seja, aparentemente, os lucros do Pré-Sal não serão endereçados a nação.

Em suma, a “invasão” realizada através do *impeachment*, da prisão de Lula e a ascensão de Bolsonaro somente foi possível com a participação da direita brasileira e do poder judiciário, aparentemente, não ocorreram coincidências.

Referências

André, L. A. (2020). *Ensaio - Guerra Híbrida à Brasileira: Das Jornadas de 2013 às perspectivas para a próxima década!*. RM Editoriais & Revisões.

Agência Brasil (2017). *Evo Morales afirma que sua quarta candidatura “garante continuidade democrática*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/evo-morales-afirma-que-sua-nova-candidatura-garante-continuidade>

Amorim, P. H. (2015) *O Quarto poder. Uma outra História*. Editora Hedra; 1ª edição.

Arquilla, J.; Ronfeldt, D. F. (2000). *Swarming and the Future of Conflict*. Santa Monica, CA: RAND.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Araújo, M. A.; Pereira, V. S. (2018). Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. R. Katál., Florianópolis, 21 (1), 125-136.

Ayerdis, M. (2018). *Prolegómenos para la puesta en contexto del fallido golpe de estado em Nicaragua* (18 de abril-18 de julio 2018) (Propuesta para el debate). https://www.academia.edu/38629840/Intento_de_golpe_de_estado_Nicaragua.

BARTOLI, M. B. Espiados: Un agente: Marcelo D'Alessio. Un juez: Alejo Ramos Padilla. El poder argentino, en jaque. Ediciones Continente; 1ª edição, 2022.

Bandeira, L. A. M. A (2014). *Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bartkowiak et. al. (2017). A PRIMAVERA ÁRABE E AS REDES SOCIAIS: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 10 (1), 66-94.

BOTELHO, T.; TEIXEIRA, G. O impeachment de Dilma Rousseff: um Golpe da constituição aos Tratados Internacionais. In: PRONER, C. et. al. (Org.) A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 393-398.

Blumenthal, M.; Mccune, N. (2019). *Cómo Nicaragua derrotó un golpe de estado de derecha respaldado por Estados Unidos. Nicaragua 2018: ¿levantamiento popular o golpe de Estado?*. [S.l.: s.n.], 74.

Brasil de Fato (2022). *Qual a responsabilidade dos EUA e da Otan pela Guerra na Ucrânia?*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/04/qual-a-responsabilidade-dos-eua-e-da-otan-pela-guerra-na-ucrania>.

Brasil de Fato (2020). “Vamos dar golpe em quem quisermos”, diz Elon Musk, dono da Tesla, sobre a Bolívia. <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>

Brasil de Fato (2017). Globo e a corrupção no futebol: “Vai ser muito difícil jogar para de baixo do tapete”. <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/13/globo-e-a-corrupcao-no-futebol-vai-ser-muito-dificil-jogar-para-debaixo-do-tapete>.

Brasil de fato (2022). *EUA, sanções e petróleo: o que falta para governo e oposição da Venezuela retomarem diálogos*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/23/eua-sancoes-e-petroleo-o-que-falta-para-governo-e-oposicao-da-venezuela-retomarem-dialogos>.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

BBC News (2009). *Evo Morales expulsa diplomata americano da Bolívia*.
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/03/090309_bolivia_diplomata_eua_cq

BBC News (2013). *EUA espionaram Petrobras, dizem papeis vazados por Snowden*.
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm.

BBC News. (2021). *STF confirma anulação de condenações da Lava Jato contra Lula — entenda*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56768338>

BBC News (2019). *A cronologia da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia*.
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>.

Capelán, J. (2019) *Una economía creativa, emprendedora y victoriosa para derrotar el golpe de estado*. In: AGJ - Alliance For Global Justice. *Nicaragua 2018: ¿levantamiento popular o golpe de Estado?*. [S.l.: s.n.], 276-277.

Carvalho, D. V. (2019). *Na rota das contra-revoluções “coloridas”*.
https://resistir.info/v_carvalho/c_revolucoes_coloridas.html

Carta Capital (2024). *CONFIRA NA ÍNTEGRA: A REUNIÃO DE JAIR BOLSONARO E MINISTROS SOBRE O GOLPE DE ESTADO*. <https://www.youtube.com/watch?v=GHoU8k2hXIo>

Delgado, Y. (2019). *La otra Nicaragua*. *Tensões Mundiais*, 15(28), 299-324.

Domingues, J. M. (2016). *O referendo constitucional boliviano de 2016: derrota de Evo ou vitória da democracia?*. <https://cee.fiocruz.br/?q=node/117>.

DUPLO EXPRESSO. *Argentina será o grande teste – Duplo Expresso 12/ago/2019, 2019*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l6oJvqJdxNY>>. Acesso 11 set. 2024.

DUPLO EXPRESSO. *Duplo Expresso 7/mar/2019, 2019b*. Disponível em: <<https://duploexpresso.com/?p=103292>>. Acesso 09 set. 2024.

DUPLO EXPRESSO. *Geopolítica da droga, os EUA e os golpes na América Latina, 2019c*. Disponível em: <<https://duploexpresso.com/?p=104505>>. Acesso 09 set. 2024.

EL PAÍS. *Oito cadernos de anotações de um motorista revelam suposta rede de subornos*

Engdahls, F. W. (2016). *Washington Tries to Break BRICS – Rape of Brazil Begins*.
<http://www.informationclearinghouse.info/article45561.htm>

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Endahl, F. W. (2020). A Revolução Colorida da própria América. *Dossier Sul*. <https://dossiersul.com.br/a-revolucao-colorida-da-propria-america-william-engdahl/>

Engdahl, F. W. (2009). *Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy*. In *The New World Order*. Edition Engdahl Wiesbaden.

Estadão (2019). 'A verdade real do atentado sofrido pelo presidente'. <https://www.youtube.com/watch?v=ZVZknyhRtWQ>

EL PAÍS. Oito cadernos de anotações de um motorista revelam suposta rede de subornos dos Kirchner, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/01/internacional/1533137235_141165.html>.

Escobar (2016). O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>

Estadão (2019). 'A verdade real do atentado sofrido pelo presidente'. <https://www.youtube.com/watch?v=ZVZknyhRtWQ>

Estrada, G.; Bourcier, N. (2021). *Leia a íntegra da reportagem que demonstra como Moro quebrou o Brasil e trabalhou para os Estados Unidos*. <https://www.brasil247.com/midia/leia-a-integra-da-reportagem-que-demonstra-como-moro-quebrou-o-brasil-e-trabalhou-para-os-estados-unidos>

Farinelli, V. A perseguição judicial a Cristina Kirchner – Vermelho, 2019. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2019/03/09/a-perseguiacao-judicial-a-cristina-kirchner/>>. Acesso 09 set. 2024.

Fagundes, G. K. (2020). *A tentativa de Golpe de Estado na Nicarágua em 2018* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Fairbanks, C. (2004). Georgia's Rose Revolution. *Journal of Democracy*, Abril, 110-124.

Fernandes, R. M. S. (2019). O grupo Globo e as suas narrativas para o golpe: relações entre práticas de classe, cena política e os protestos de março de 2016. *Almanaque de Ciência Política*, 3(2), 1-25.

Fernandes, R. M. S. (2019b). O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA (PIL) E O FIM DA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA (O ACONTECIMENTO): atravessamentos, relações de produção, condensação (luta de classes) e a logística. *OBSERVATORIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 2, 01-31.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Fernandes, R. M. S. (2022) “REVOLUÇÕES COLORIDAS”: “gritos” para as câmeras, hashtag alegria alegria, das “sombras” golpeamos a democracia. *RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT*, 10, 01-25.

Ferreira, W. R. V. (2020). Bombas Semióticas na Guerra Híbrida Brasileira (2013-2016): Por que aquilo deu nisso? Publicações Cinegnose; 1ª edição.

Fidelis, F.; Lopes, F. M. E. (2015). Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, 12(1), 37-56.

GOBBO, B. A. Para desterritorializar aparelhos ideológicos de Estado. In: Gobbo et. al. (Org.) *O Poder da Mídia no Brasil – (re)editando outras verdades*, 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 11-28.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6a ed.). Atlas.

Gilberto (2019). *A FRAUDE DA FACADA NO PRESIDENTE*. <https://www.youtube.com/watch?v=UcXsFTVXHXM>

Gonzalez, A. (2018). Ortega es un peligro para el país. *La Prensa*. <https://www.laprensa.com.ni/2018/05/20/suplemento/la-prensa-domingo/2422143-felix-maradiaga-director-del-ieepp-ortega-es-un-peligro-para-el-pais>.

G1 (2021). *Plenário do STF reconhece decisão da Segunda Turma que declarou Moro parcial ao condenar Lula*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>.

G1 (2016). Em vídeo, Hélio Bicudo diz estar feliz, mas preocupado com novo governo - notícias em São Paulo. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/em-video-helio-bicudo-diz-estar-feliz-mas-preocupado-com-novo-governo.html>

G1. 'Cadernos das propinas': entenda o escândalo pelo qual Cristina Kirchner é investigada na Argentina, 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/23/cadernos-das-propinas-entenda-o-escandalo-pelo-qual-cristina-kirchner-e-investigada-na-argentina.ghtml>>. Acesso 10 set. 2024.

Hendrix, E. (2018). Monopolio de la Muerte - o de cómo inflar una lista de muertos contra un Gobierno. *Tortilla con Sal*. <http://tortillaconsal.com/tortilla/node/3478>.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Hoyt, K. (2009). *Report From a Fact-Finding Trip to Nicaragua: Anti-Poverty Programs Make a Difference*. NACLA. <https://nacla.org/node/6313>.

Lárcor, B. (2019). Mito y realidad: ¿qué pasó en Nicaragua en 2018?. In: AGJ - Alliance For Global Justice. *Nicaragua 2018: ¿levantamiento popular o golpe de Estado?*. [S.l.: s.n.].

Marconi, M.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5a ed.). Atlas.

Maya, R. (2019). Brasil, Bolívia e a coca: dois “Narco-Golpes”? É o pó, estúpido! <https://duploexpresso.com/?p=109068>

Maya, R. (2019) Geopolítica da droga, os EUA e os golpes na América Latina. <https://duploexpresso.com/?p=104505>

Molina, F. (2017). *Evo Morales consegue liberação na Justiça para se candidatar ao quarto mandato*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/internacional/1511917821_762144.html.

MADSEN, W. Não espione por mim Argentina, por Wayne Madsen, 2019. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/nao-espione-por-mim-argentina-por-wayne-madsen/>>. Acesso 09 set. 2024.

MARTINS, et. al. *LAWFARE: uma introdução*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

NORTON, B. Geopolitical Economy Report. Judicial coup in Argentina: Corrupt judges conspire with media oligarchs to ban Cristina Kirchner from office, 2022. Disponível em: <<https://geopoliticaconomy.com/2022/12/08/judicial-coup-argentina-cristina-kirchner/>>. Acesso 09 set. 2024.

Neuenfeld, M. E. (2021). *Estratégia Nacional e Poder Cibernético: o ressurgimento da Rússia no cenário internacional* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina.

Poder 360 (2020). *EUA oferecem recompensa de US\$ 15 milhões pela prisão de Maduro*. <https://www.poder360.com.br/internacional/eua-oferecem-recompensa-de-us-15-milhoes-pela-prisao-de-maduro-dw/>.

Leirner, P. C. (2020). *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. Alameda.

LÉVY, P. (2000). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2000.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Ortega, F. A. (2009). *As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa*. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). PPG-RI San Tiago Dantas.

Penido, A.; Stédile, M. E. (2021). *Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina* (1a.ed.). Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular.

Pragmatismo Político (2017). *Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA em sinal de subserviência*. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/10/bolsonaro-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-subserviencia.html>

PRONER, C.; et. al. *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6, 2017.

PRONER, C. “Golpe branco no Brasil: Dilma alerta na ONU”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) *A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016*. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 69-73.

RAMOS, B. V.; MOREIRA, L. “Ingredientes de um Golpe Parlamentar”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) *A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016*. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2010, p. 57-60.

Molina, F. (2017). *Evo Morales consegue liberação na Justiça para se candidatar ao quarto mandato*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/internacional/1511917821_762144.html.

MOURÃO, M.; MARTINS, H. *A legitimidade do impeachment construída pela grande mídia*. Entrevzes, 2017. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-legitimidade-do-impeachment-tramada-pela-grande-midia>. Acessado em: 18/04/2016

MORAES BAHIA, A. G. M. F. et. al. “Golpe vergonhoso passa na Câmara”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) *A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016*. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p.30-33.

Nassif (2017). *Xadrez de como a Globo caiu nas mãos do FBI*. <https://jornalggn.com.br/politica/xadrez-de-como-a-globo-caiu-nas-maos-do-fbi/>

Nicarágua. *Golpe de Estado* (2018). *UNAN Delinquents Stage an Attack*. <https://www.youtube.com/watch?v=Vb72PP4Td9E>.

Pereira, C. (2014). *Ucrânia: Crônica de Uma Crise Anunciada*. *Revista de Ciências Militares*, 2, 337-359.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Perla, H.; Cruz-Feliciani, H. (2013). The Twenty-first-Century Left in El Salvador and Nicaragua Understanding Apparent Contradictions and Criticisms. *Latin American Perspectives*, 40(3), 87-88.

Proner, C. (2016). *Resistência ao Golpe de 2016*. Editora: Canal 6.

Poder 360 (2020). *EUA oferecem recompensa de US\$ 15 milhões pela prisão de Maduro*. <https://www.poder360.com.br/internacional/eua-oferecem-recompensa-de-us-15-milhoes-pela-prisao-de-maduro-dw/>.

Ratchford III, J. T. (2017). Policing in Partnership: Nicaraguan Policies with Implications for U.S. Police Forces. In: *Emory International Law Review*, 32. <http://law.emory.edu/eilr/content/volume-32/issue-1/comments/policing-partnership-nicaraguan-us-police-forces.html>.

Rede TVT (2020). *Morales sofreu golpe na Bolívia por nacionalizar lítio cobiçado por bilionário dos EUA*. <https://www.youtube.com/watch?v=moC6ze3mtPg>.

Rede Brasil Atual (2013). *Evo Morales expulsa órgão dos EUA acusado de interferência*. <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/05/morales-expulsa-orgao-dos-eua-acusado-de-interferencia/>

Rossini, P. G. C. (2014). Das redes para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento?. *C&S – São Bernardo do Campo*, 36(1), 301-325.

Rodrigues, E. B. (2017). A sentença contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: mais um trágico capítulo do golpe de 2016. In: Proner, C. et al. (Org.) *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6.

Ribeiro, D. C.; Costa, V. C. R. S. (2017) Uma prisão nada conveniente. In: Proner, C. et al. (Org.) *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6.

RADIO CAPITAL 913. Bartoli: "En Argentina hubo un intento de adoctrinamiento de EEUU con el aval del sistema judicial", 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EbwnkxZ9HH4>>. Acesso 09 set. 2024.

Rede TVT (2020). *Morales sofreu golpe na Bolívia por nacionalizar lítio cobiçado por bilionário dos EUA*. <https://www.youtube.com/watch?v=moC6ze3mtPg>.

Sefton, S. (2018). Nicaragua varieties of bad faith. *Tortilla con Sal*. <http://tortillaconsal.com/tortilla/node/3847>.

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

SANTOS, B. S. Esquerdas do mundo, uni-vos. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

Sharp, G. (2010). *Da ditadura à Democracia. Uma Estrutura Conceitual para a Libertação*. East Boston: The Albert Einstein Institution.

Sharp, G. (2010). *There Are Realistic Alternatives*. Albert Einstein Institution.

Silva, F. P. (2018). O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4(2), 165-178.

Santoro, A. E. R. (2017). Do Levantamento do sigilo das interceptações telefônicas à perda da imparcialidade objetiva. In: Proner, C. et al. (Org.) *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Canal 6.

Souza, J. (2020). *A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Estação Brasil.

Somarriba, M. (2019). *¡Están Vivos!: Ciudadanos que fueron circulados como fallecidos desmienten noticias falsas y manipulación en redes sociales*. El 19 Digital. <https://www.el19digital.com/articulos/ver/titulo:76613-estan-vivos-ciudadanos-que-fueron-circulados-como-fallecidos-desmienten-noticias-falsas-y-manipulacion-en-redes-sociales>.

Soares, J. e Prado, G. (2024). CNN Brasil. Confira a íntegra da minuta golpista apresentada por Bolsonaro a Freire Gomes. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/confira-integra-da-minuta-golpista-apresentada-por-bolsonaro-a-freire-gomes/>

SBT News (2016). SBT Brasil (19/04/16) Exclusivo: Geraldo Alckmin diz que impeachment de Dilma é questão de tempo. <https://www.youtube.com/watch?v=568-1vFoAPY>

Sussman, G; Krader, S. (2008). Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 5 (3), 91-112.

Stone. (2016). *Ucrânia em chamas*. <https://www.youtube.com/watch?v=7RKt94LhReY&t=3108s>.

Trucchi, G. (2018). *Nicaragua: Cuando las mentiras ganan y se convierten en realidad*. Tercera Información. <https://www.tercerainformacion.es/articulo/internacional/2018/06/05/nicaragua-cuando-las-mentiras-ganan-y-seconvierten-en-realidad-aceptada>.

Tv 247 (2021) *Joaquim de Carvalho fala sobre o documentário da fakeada e os jornalistas que o atacam*. <https://www.youtube.com/watch?v=seYU2TzCmLo>

REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Korybko, A. (2015). *Guerras híbridas, das revoluções coloridas aos golpes*. 2018. Editora Expressão Popular.

Korybko, A. (2017). 21ST-CENTURY GEOPOLITICS OF CENTRAL AMERICA: GRAND STRATEGY. *Geopolitica*. <https://www.geopolitica.ru/en/article/21st-century-geopolitics-central-america-grand-strategy>.

Kuzio, T. (2005). *Ukraine's 2004 Presidential Election. The Orange Revolution*. https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/et/et_v12n4/et_v12n4_003.pdf

Veja (2013). *Evo Morales expulsa agência americana por 'interferência'*. <https://veja.abril.com.br/mundo/evo-morales-expulsa-agencia-americana-por-interferencia/>

Veja (2015). Hélio Bicudo no Roda Viva: alguém precisa explicar a presidente da república que impeachment é um remédio constitucional. [https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/helio-bicudo-no-roda-viva-alguem-precisa-explicar-a-presidente-da-republica-que-impeachment-e-um-remedio-constitucional?](https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/helio-bicudo-no-roda-viva-alguem-precisa-explicar-a-presidente-da-republica-que-impeachment-e-um-remedio-constitucional?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=CjoKCQjwr9m3BhDHARIsANuto4YaTvWJuk6uMhv5WqB9-kbSdCstGy8bOh_03xDE7Tho9tQvLHGa3LYaAspdEALw_wcB)

[utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=CjoKCQjwr9m3BhDHARIsANuto4YaTvWJuk6uMhv5WqB9-kbSdCstGy8bOh_03xDE7Tho9tQvLHGa3LYaAspdEALw_wcB](https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/helio-bicudo-no-roda-viva-alguem-precisa-explicar-a-presidente-da-republica-que-impeachment-e-um-remedio-constitucional?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=CjoKCQjwr9m3BhDHARIsANuto4YaTvWJuk6uMhv5WqB9-kbSdCstGy8bOh_03xDE7Tho9tQvLHGa3LYaAspdEALw_wcB)

VERBITSKY, H. El contacto con Stornelli confirmado. Los peritados celulares de D'Alessio verificaron los intercambios con el fiscal, 2019. Disponível em:<<https://www.elcohetelaluna.com/el-contacto-con-stornelli-confirmado/>>. Acesso 10 set. 2024.

Vitullo, G. E.; Silva, F. P (2020). O que a Ciência Política (não) tem a Dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano? *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 14(2), 27-66.

Zeese, K; Mccune, N. (2018) *¿Qué pasa realmente en Nicaragua?* <https://www.tercerainformacion.es/opinion/opinion/2018/07/24/que-pasarealmente-en-nicar>

180 Grados (2019). *Claves de la Verdad/Capítulo I: Incendio en el Barrio Carlos Marx*. <https://www.youtube.com/watch?v=PBCy9rukNYk&t=64s>>. Acesso em: 4/12

Submetido em: 14/04/2025

Revisões solicitadas em: 28/04/2025



REVISTA COLOMBIANA DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (REHCOL)

ISSN: 2966-2656

www.rehcol.com

Aprovado em: 04/05/2025

Publicado em: 27/05/2025



A Revista REHCOL está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)